



Anais da Assembléia

N.º 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1983
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruscka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulini, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 120/83

Curitiba, 07 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado - CRE, bem como adotar outras providências pertinentes aos funcionários integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF).

A medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis, que consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado das Finanças, do Planejamento e de Recursos Humanos, consulta plenamente os superiores interesses da Administração, tendo em vista que virá aprimorar o mecanismo fisco arrecadador do Estado, no que pertine ao regime jurídico dos servidores integrantes da Coordenação da Receita de Estado e dos lotados na Secretaria de Estado das Finanças. Trata-se de proposição que atende também algumas

reivindicações de funcionários fisco arrecadadores, tais como a redução de seis para três meses do período para cálculo da média de determinadas vantagens para efeito de incorporação aos proventos de aposentadoria e a percepção, com ressalva de opção, de benefícios funcionais calculados com base em vencimento de cargos em comissão.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ao funcionário ocupante de cargo da estrutura do Grupo Ocupacional "TAF", que houver completado a condição temporal prevista para a aposentadoria voluntária, fica assegurada a incorporação aos seus proventos, da média aritmética, das quotas produzidas nos últimos três (03) meses, desde que protocolize o pedido no prazo de sessenta (60) dias da publicação da presente lei.

Art. 2.º — Ao funcionário estável, ocupante do cargo da estrutura do Grupo Ocupacional "TAF", que, na data desta lei, preencher os requisitos dos artigos 6.º, 7.º e 8.º da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, será assegurado enquadramento nas classes de AF.1-A, AF.2-A e AF.3-A, respectivamente.

Art. 3.º — As vagas existentes, por ocasião da publicação da presente lei, bem como as originadas pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º precedentes, serão providas mediante promoção a ser efetuada em caráter excepcional, independentemente do cumprimento dos critérios estabelecidos nos artigos 54 e 60 da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, na forma a ser estabelecida por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4.º — Os artigos 7.º, 8.º e 9.º e seu § 4.º, o artigo 76 e seu parágrafo único, o parágrafo único do artigo 99 e o artigo 122 da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º — A série de classes de Agente Fiscal 2 (AF.2), privativa de quem possua grau universitário completo, é composta de três (03) classes, com a seguinte simbologia:

I — AF.2-A;

II — AF.2-B;

III — AF.2-C.

... ..

Art. 8.º — A série de classes de Agente Fiscal 3 (AF.3), privativa de quem possua escolaridade de segundo (2.º) grau completo, é composta de três (03) classes, com a seguinte simbologia:

I — AF.3-A;

II — AF.3-B;

III — AF.3-C.

... ..

Art. 9.º — Ressalvado o disposto no artigo 5.º, item IV, artigo 131 e demais disposições aplicáveis à série de classes de AF.4, o Grupo Ocupacional "TAF" é constituído de 1.361 cargos, com as seguintes especificações:

I — 363 cargos da série de classes AF-1, com atribuições referentes às atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, de grande e média complexidade, a nível de execução, inclusive encargos de gerência, chefia ou assessoramento, análise e

estudos econômico-tributário;

II — 634 cargos da série de classes AF-2, com atribuições referentes às atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, de complexidade média e a nível de execução, inclusive assessoramento intermediário e chefias de Postos Fiscais e Agências de Rendas;

III — 364 cargos da série de classes AF-3, de atividades relacionadas com a tributação, fiscalização e arrecadação, de complexidade mais simples.

§ 4.º — O detalhamento das atribuições dos cargos nos descritos nos itens I, II e III deste artigo será feito por ato do Poder Executivo.

Art. 76 — O cálculo para a integração do prêmio de produtividade da aposentadoria será feito com base na média aritmética dos valores percebidos a título de quotas, no período compreendido entre o terceiro (3.º) mês anterior ao preenchimento da condição temporal até o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria.

Parágrafo único — Para o funcionário que, após a vigência desta lei, tiver tempo de serviço acrescido e com ele completar a condição temporal para a aposentadoria, o prêmio de produtividade de que trata este artigo será calculado com base na média aritmética dos valores percebidos no período compreendido entre o terceiro (3.º) mês anterior à data da averbação que lhe assegurar o direito, até o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria.

Art. 99 — ...

Parágrafo único — Nas hipóteses deste artigo, o pagamento do prêmio de produtividade será atribuído com base na média aritmética dos percentuais de quotas produzidas nos três (03) meses anteriores à data do afastamento, a qual não poderá ser inferior à média dos valores percebidos, que serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos do funcionalismo público estadual, e a gratificação de dois terços (2/3), do "quantum" do vencimento independe de média aritmética e acompanhará o respectivo vencimento.

Art. 122 — Os funcionários da CRE, circunscritos à hipótese do item I do artigo 121, farão jus à percepção das vantagens de exercício, definidas no § 2.º do artigo 44, calculadas com base no vencimento do cargo efetivo da estrutura da CRE, a que tiver direito; e aqueles circunscritos à hipótese do item II, calculadas com base no vencimento do cargo em comissão, ressalvada a hipótese de opção pelo cargo efetivo".

Parágrafo único — A nova redação dos artigos 7.º e 8.º da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, dada por este artigo, vigorará somente após o cumprimento das formalidades previstas nos artigos 2.º e 3.º da presente lei, respeitada a situação dos atuais ocupantes dentro das respectivas séries de classes, que, todavia, ficarão sujeitos ao grau de escolaridade quanto aos acessos futuros.

Art. 5.º — No primeiro concurso que se realizar após a vigência desta lei, para provimento de cargos de classe inicial da série de classes de Agente Fiscal-3, 20% (vinte por cento) das vagas serão reservadas para acesso.

§ 1.º — Poderão concorrer ao acesso de que trata este artigo os atuais servidores de órgãos da administração direta, integrantes da Secretaria das Finanças, que detinham essa condição em 1.º de janeiro de 1983, seja qual for o seu regime jurídico, desde que possuam a escolaridade exigida pelo artigo 8.º da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, com a redação dada por esta lei.

§ 2.º — Para os fins deste artigo:

I — não se aplica o disposto nos artigos 88 a 95 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, e 68, a 70 da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978;

II — os servidores candidatos ao acesso submeter-se-ão ao referido concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive quanto à inscrição, mas serão classificados em listas separadas;

§ 3.º — Se o número de aprovados e classificados na lista de candidatos ao acesso for insuficiente para o preenchimento de todas as vagas destinadas a essa forma de provimento, as vagas remanescentes reverterão para a lista geral.

§ 4.º — Os candidatos ao acesso que lograrem aprovação, mas excederem ao quantitativo de vagas a eles destinados, serão colocados na lista geral, observada a ordem de classificação.

Art. 6.º — Fica criado na estrutura da Coordenação da Receita do Estado (CRE) um (01) cargo, de provimento em comissão, de Delegado Regional da Receita, Categoria "D".

Art. 7.º — Ficam revogados os §§ 1.º e 2.º do artigo 21, o artigo 50 e seus parágrafos, bem como o Anexo V, todos da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, e demais disposições em contrário.

Art. 8.º — Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 4.º, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 121/83

Curitiba, 07 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva, além de outras providências, alterar dispositivos da Lei nº 7.547, de 10 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a estrutura do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis é formulada em razão de manifestação da presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através do Ofício nº 956/83, de 12 de setembro de 1983, cuja cópia autêntica é anexada, pois contém, com o devido detalhamento, esclarecimentos sobre a necessidade, oportunidade e alto significado de que está revestida a proposição.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica transformado o cargo de provimento em comissão de Chefe do Cerimonial, símbolo DAS-5, em Supervisor do Centro de Processamento de Dados, com o mesmo símbolo passando a integrar a Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81.

Art. 2.º — Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de eletrotécnico, símbolo 3-C; de Supervisor de Transporte e Manutenção, símbolo 3-C e de Zelador, símbolo 4-C, previstos nas Tabelas I, dos Anexos III, II e IV, da Lei nº 7.547/81.

Art. 3.º — Os cargos de Secretário Jurídico de Desembargador, constantes da Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passam a denominar-se Secretário de Desembargador.

Art. 4.º — Os cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento, Diretor de Gabinete do Presidente e de Secretário do Presidente, previstos na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passam a ter a simbologia

constante do Anexo desta Lei.

Parágrafo único — O cargo de Supervisor de Assessoria de Recursos, previsto na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passa a denominar-se Diretor da Assessoria de Recursos com a simbologia constante do Anexo desta Lei.

Art. 5º — Fica transformado um cargo de provimento efetivo de Desenhista, nível PJ-TJ-8, em um cargo de provimento efetivo de Arquiteto de nível PJ-TJ-5, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de trinta (30) dias, desde que comprove ter o nível profissional exigido para o mesmo.

Art. 6º — Os cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário, Assessor Patrimonial, Assessor Econômico e Financeiro, Assessor Jurídico-Administrativo e Assessor Especial, do Presidente, constantes da Tabela I, do Anexo II, da Lei nº 7.547/81, passam a integrar a Tabela I, do Anexo I, da mesma Lei, com a simbologia DAS-5.

Art. 7º — O art. 14 da Lei nº 7.547/81, passa a ter um parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único — Os vencimentos do extinto cargo isolado de provimento efetivo de Diretor Secretário do Tribunal de Justiça ficam fixados de acordo com a Tabela E, do Anexo V, da Lei nº 25, de 23 de abril de 1963, no seu valor atual correspondente, que será reajustado na mesma proporção e oportunidade em que o forem os do funcionalismo em geral.”

Art. 8º — Fica incluída na Tabela III, do Anexo VI, da Lei nº 7.547/81, a gratificação de produtividade correspondente a Programador de Computador, no valor de Cr\$ 47.338,00.

Art. 9º — A vantagem prevista no art. 4º da Lei nº 7.547/81, será atribuída em dobro aos ocupantes de cargo de Assessor Jurídico, em face da incompatibilidade com o exercício da advocacia, prevista no art. 82 da Lei nº 4.215, de 27/04/1963.

Art. 10 — A vantagem de que trata o parágrafo único do art. 12, da Lei nº 7.547/81, integrará os proventos de inatividade dos seus beneficiários.

Art. 11 — Fica extinta a gratificação de função de Chefe de Setor prevista na Tabela II, do Anexo VI, da Lei nº 7.547/81.

Art. 12 — Fica suprimida do art. 12, da Lei nº 7.547/81, a alínea “C”, do inciso II.

Art. 13 — Os níveis 4, 5, 6, 7 e 13 da Tabela XII, do Decreto nº 1.165, de 08 de junho de 1983, passam a ter os seus valores idênticos àqueles constantes da Tabela XIV, do mesmo Decreto, referente ao pessoal efetivo da Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas.

Art. 14 — Os cargos de provimento efetivo de Assistente de Administração e de Economista nível PJ-TJ-5 e 6, existentes na Tabela II, do Anexo I, da Lei nº 7.547/81, passam a ser, respectivamente, níveis PJ-TJ-4 e 5.

Art. 15 — Fica revogada a Lei nº 6.508, de 13/12/1973, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 4766, de 14/12/1973, na parte pertinente ao Pessoal Suplementar do Poder Judiciário.

ANEXO

SIMBOLOGIA	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº
DAS-3	Diretor de Departamento	05
DAS-3	Diretor de Gabinete do Presidente	01
DAS-3	Diretor de Assessoria de Recursos	01
DAS-4	Secretário do Presidente	01

Ofícios:

OFÍCIO Nº 956/83 - G.P.

Curitiba, 12 de setembro de 1983.

Senhor Governador:

Tenho a honra de passar às mãos de vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto que visa alterar dispositivos da Lei nº 7.547, de 10.12.1981, bem como outras providências de interesse da administração do Poder Judiciário.

Impede referir a vossa excelência, senhor Governador, que a finalidade precípua do anteprojeto é adequar a estrutura do Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal, de maneira a tratar os cargos que dela fazem parte com a necessária hierarquia funcional.

Neste passo propõe-se a elevação dos níveis dos principais cargos de provimento em comissão a fim de que se estabeleça a real posição dos mesmos no contexto geral do Estado.

A transformação do cargo de Chefe do Cerimonial em Supervisor do Centro de Processamento de Dados vem de encontro à intenção de se modernizar a máquina administrativa do Poder Judiciário. Já existe no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, em pleno funcionamento, um Centro de Processamento de Dados, sendo necessário dar-se maior destaque ao comando do setor, uma vez que a responsabilidade e o vulto da matéria que agora por ali passa aumentou sensivelmente.

A transformação de um cargo de Desenhista em cargo de Arquiteto visa propiciar ao setor de Obras deste Poder a condição mínima para atender o grande volume de serviço que o mesmo desenvolve, ou seja dotá-lo de profissional capaz e à altura de coordenar as atividades ali encetadas.

A inclusão de um parágrafo único no artigo 14 da Lei nº 7.547/81, tem por finalidade estabelecer um ponto de referência para a fixação de vencimentos de cargo já extinto e sem qualquer releção com os da anterior e atual estruturas.

No que tange à atribuição em dobro da vantagem prevista no texto da Lei nº 7.547/81, à categoria funcional ocupada por bacharéis em direito, é medida que se impõe por justiça à classe, porquanto diante da incompatibilidade declarada na Lei nº 4.215/63, aqueles funcionários se vêm privados da possibilidade de exercer a advocacia, fato que não ocorre no âmbito dos demais Poderes do Estado.

Quanto à previsão para a gratificação do risco de vida integrar os proventos de inatividade de seus beneficiários, a mesma faz-se necessária porque a referida gratificação não é atribuída com base na Lei nº 6.174/70, mas, por força de disposição da Lei nº 7.547/81, é percebida em decorrência do exercício do cargo.

A supressão do nível fixado para os cargos previstos no art. 12, inciso II, letra “c”, da Lei nº 7.547/81, tem sentido porque os mesmos não integram a estrutura do Quadro de Auxiliares da Justiça nas comarcas de entrância inicial.

Como medida compensatória para a proposição, Senhor Governador, e com o intuito de evitar aumento de despesas, além do anteprojeto prever expressamente a extinção de alguns cargos, também revoga a Lei nº 6.508/73, regulamentada pelo Decreto nº 4766/63, o que propiciará, como consequência, a extinção de noventa (90) cargos de Pessoal Suplementar no âmbito deste Poder.

Finalmente, senhor Governador, cabe-me destacar que as medidas ora aventadas visam corrigir distorções ocorridas quando do trâmite do anteprojeto que se transformou

na Lei nº 7547/81, ensinando-lhe melhorias no texto, com evidente repercussão na administração de modo geral.

Solicito a vossa excelência, senhor Governador, que o encaminhamento da mensagem à Assembléia Legislativa o seja com uso da prerrogativa estabelecida no § 3º do art. 25 da Constituição Estadual.

Valho-me da oportunidade para apresentar a vossa excelência, senhor Governador, meus protestos de estima e consideração.

(a) ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO
Presidente

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 178/83, (Que altera dispositivo da Lei nº 7.051, de 04/12/78, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado - CRE).

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 130/83, que trata de conceder aos funcionários públicos civis e militares do Estado, uma gratificação especial a ser paga no mês de dezembro de cada ano.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 131/83, que trata da gratificação especial a ser paga no mês de dezembro aos pensionistas do IPE.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a vossa excelência após ouvir o Plenário, pedido de urgência na votação da Mensagem Governamental 120/83, que modifica a Lei 7.051/78.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para as Proposições nºs 62/83, 69/83, 94/83 e do Projeto de Lei nº 159/83, todos constantes da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por sete (07) deputados, destinada a apurar num prazo de

cento e oitenta (180) dias, irregularidades no que respeita à repressão do "jogo do bicho", no Estado do Paraná.

É por demais sabido que o "jogo do bicho", contravenção penalizada pelo Código Penal Brasileiro, é jogado livremente em todo o território nacional. Por isso mesmo, admitindo que seu combate é por demais difícil, arraigado que está nos costumes de nosso povo, segmentos importantes da nossa sociedade hoje pleiteiam sua legalização, sendo que o próprio deputado que este subscreve a apoia incondicionalmente. Acontece, no entanto, que enquanto não legalizada, a prática se torna altamente nociva à sociedade, não pelo jogo em si, mas pela corrupção que acarreta, fazendo da propina e do suborno o verdadeiro mal que deve ser combatido.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio dos nobres deputados, que, como representantes populares, tem como obrigação zelar pela probidade da administração pública e pela inatacabilidade das instituições policiais, cuja sagrada missão de zelar pela segurança pública não pode ser maculada.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoio: Péricles Pacheco, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Sabino Campos, Rubens Bueno, Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca, Hermas Brandão, Djalma de Almeida César, Irondi Pugliesi, Homero Oguido, Caíto Quintana, Osvaldo Alencar Furtado, Luiz Alberto Oliveira, Sérgio Spada, Anibal Khury, Tuguio Setogutte, Nelson Vasconcellos, Werner Wanderer e Francisco Escorsin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de ontem, do doutor Idelfonso Zanetti.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva unicamente apresentar preito de justo reconhecimento aos inúmeros serviços prestados por aquele cidadão e médico ao município e povo de Irati.

Médico humanitário, prestou durante vinte e quatro anos do exercício da profissão incontáveis serviços no campo médico e social junto àquela comuna, grangeando em face disso prestígio que o galgou ao elevado e merecido posto de prefeito daquela cidade, onde, aliás, demonstrando capacidade administrativa realizou edificante trabalho.

Reveste-se portanto o presente, do caráter de inteira justiça e reconhecimento aos inúmeros e profícuos trabalhos desenvolvidos pelo mesmo, quando de sua passagem entre nós.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último dia 14 de outubro de Rogério Fabiano Neves da Cruz.

O extinto era funcionário desta Casa há longos anos, tendo conquistado um grande número de amigos e sendo muito respeitado pela seriedade com que se conduzia no serviço.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa,

se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, pela realização do XXXIV - COESES - Congresso Estadual de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, ocorrido nos dias 14, 15 e 16 do corrente, na cidade de Paranguá, com conseqüente encaminhamento ao Presidente da UPES e ao Presidente da UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Os estudantes de todo o Estado do Paraná, estiveram reunidos em Paranaguá, onde realizaram debates sobre os problemas internos próprios do movimento, destacando-se as eleições para uma nova gestão, bem como a situação econômica, social e política, entre outros assuntos, firmando posições que por certo virão a contribuir para a solução dos atuais problemas da Nação, como é a exigência de todos.

Não foi simplesmente mais um encontro apenas, e sim um momento de enorme importância histórica na vida estudantil, comprovando o que tem ocorrido ao longo de seus mais de trinta e oito anos de existência.

Surgida em 17 de junho de 1945, a UPES sempre teve seu papel de destaque na comunidade paranaense, marcado pelos fatos concretos e pelas lutas, cujos desdobramentos são comprovados não somente em suas movimentações, mas também na atual conjuntura política. Desta maneira, são diversos seus ex-integrantes que, em função das lides estudantis, obtiveram importantes espaços em outros segmentos da sociedade. No entanto, a maioria deles, de uma forma ou de outra, até procuraram negar sua origem, assim como uma ação voltada para os verdadeiros interesses do País, defendidos incansavelmente pelos estudantes de nível médio e também pelos universitários.

Por outro lado, teve a UPES presidentes e demais diretores, cuja coragem serve de exemplo ainda hoje, pois fizeram frente às atitudes do autoritarismo, que através de diferentes formas procurou sempre obstruir a livre organização e manifestação do estudantado, assim como de outras representações de classe e do povo brasileiro em geral.

O movimento estudantil jamais se ateve só aos temas educacionais, mas sempre tomou posicionamento progressistas que viessem a favorecer os diferentes setores da coletividade, imbuídos no mais alto espírito de justiça social e honestidade de princípios, como defensores dos menos favorecidos.

É inegável que o estudante sempre foi não o instrumento mas o próprio rompedor dos mais profundos pensamentos e costumes, muitas vezes conservador, somente possíveis através de encontros como aquele realizado no litoral paraneense.

Por isso, é necessário mais do que nunca, considerar o reconhecimento deste Estado pela participação da UPES nos movimentos libertários, cujas lições precisam continuar sendo assimiladas, principalmente neste momento quando inúmeras são as barreiras que existem para evitar a livre organização e manifestação da UPES e conseqüentemente dos mais de dois milhões de estudantes paranaenses que somam-se aos mais de vinte e cinco milhões em todo o País.

Se hoje, a nível estadual temos um Governo democrático, realmente comprometido com a vontade popular, é fruto também da ação conseqüente e segura da classe estudantil,

que vem resistindo desde os períodos mais obscuros do arbítrio; as liberdades de hoje, em que pesem as limitações, só são possíveis em face à combatividade de entidades como a UPES.

Portanto, devemos reafirmar o direito, a obrigação e a necessidade de dar ao jovem mecanismos de participação nos destinos da vida nacional, que começam a ser assegurados com o governo de José Richa.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor e agradecimento aos funcionários do Tribunal de Justiça do Estado, pela altruística atitude de seus funcionários ao doarem os seus salários de um dia para auxiliarem seus irmãos flagelados pelas enchentes que recentemente assolaram o Estado.

Solicita, outrossim, que seja comunicado o teor do presente requerimento ao excelentíssimo senhor desembargador Dr. Alceu da Conceição Machado, que da mesma forma que os funcionários do Poder que preside, tem dado tudo de si para minorar a aflição dos que foram atingidos pela calamidade.

Exemplos como esse não podem passar despercebidos deste Poder Legislativo e deve servir de exemplo para todos aqueles que assistiram, no conforto de suas casas, através da televisão, a desgraça que se abateu sobre o Sul do País, e, muito especialmente em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor e congratulações ao Corpo de Bombeiros, que dia 8 do corrente mês comemorou seu 71º aniversário, com solenidade presidida pelo Tenente Coronel Antônio Amauri Ditrich, que contou com a presença do senhor governador José Richa, oficiais de várias corporações, autoridades civis e militares e convidados.

O Corpo de Bombeiros nasceu em Curitiba, de um grupo de homens que voluntariamente atendiam à comunidade, quando os seus serviços eram solicitados. Foi através do Decreto 1.113, assinado por Carlos Cavalcanti, em 08 de outubro de 1912, que foi oficialmente criado, a princípio ainda em uma forma embrionária, poucos homens e sobre o comando de Fabrício do Rego Barros.

Hoje, 71 anos depois, o Corpo de bombeiros, no Paraná, é composto por 1.680 homens e 130 viaturas espalhadas em suas unidades, que cobrem todo o Estado. Uma unidade em Londrina, outra em Ponta Grossa e o comando central que atende à Região Metropolitana e todo o Litoral. Além disso, a comunidade paranaense ainda pode contar com uma equipe especializada em busca e salvamento altamente treinada e experiente para esse tipo de atividade.

Diante dos inúmeros serviços prestados por essa exemplar corporação à comunidade, este Poder não poderia deixar passar despercebida a data em que comemora mais um ano de existência.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao senhor coronel Comandante da Corporação.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM um voto de louvor à TV IGUAÇU, Canal 4, na pessoa do seu diretor presidente, Dr. Paulo Cruz Pimentel, pela iniciativa de fazer chegar até a cidade de Foz do Iguaçu, através de sua retransmissora, imagens daquela estação de televisão a ser inaugurada no próximo dia 19.

Requerem outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à TV Iguaçu - Canal 4, na pessoa de seu diretor presidente.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

TÉRCIO ALBUQUERQUE

EDGAR PIMENTEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvido o douto plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de louvor à Câmara Municipal de Ponta Grossa, pelo oportuno e brilhante trabalho realizado pela sua Comissão Especial de Inquérito, que trata com muita propriedade o problema do abate e comercialização de produtos de origem animal cujo trabalho merece, também, ser registrado nos Anais desta Assembléia Legislativa, tendo em vista que a situação, pela sua gravidade, coloca em risco a saúde de toda a população do nosso Estado, como vem noticiando e denunciando, igualmente, a imprensa paranaense.

Outrossim, requer, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Câmara Municipal de Ponta Grossa, ao delegado federal do Ministério da Agricultura, Dr. Roulien Basaglia, nesta Capital, e ao excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná, recomendando sejam determinadas providências necessárias e urgentes para combater a clandestinidade e moralizar essa atividade ilegal e perniciosa à saúde do nosso povo.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O trabalho realizado pela Câmara Municipal de Ponta Grossa, vem comprovar que o abate ilegal e as irregularidades na comercialização de produtos de origem animal, é assunto que merece das nossas autoridades — municipais, estaduais e federais — medidas sérias, objetivas e urgentes, objetivando a moralização dessa atividade, que, por ser clandestina, traz graves consequências à saúde do nosso povo e elevados prejuízos financeiros aos cofres públicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão plenária de um voto de regozijo à Fundação Sanepar de Assistência Social pela inauguração de sua sede social e esportiva.

Trata-se de um novo empreendimento da entidade que congrega os funcionários da Sanepar e que bem demonstra o sentido comunitário e social da administração construtiva dessa importante fundação. Merecedores dessa manifestação, diretores e associados, unidos pelo mesmo sentimento, dão exemplar prova de competência e solidariedade.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de regozijo ao Lions Clube Centro de Ponta Grossa e à Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, na pessoa do Dr. PÉRCIO GARCIA, presidente e diretor presidente, respectivamente, dos órgãos acima citados, pela inauguração no dia 12 de outubro último do Hospital Escola para Crianças com Deficiência, magnífica obra edificada através do esforço de coordenação e trabalho de ambas as entidades, canalizando o sentimento de civismo e de amor ao próximo elementos tão marcantes na personalidade boa e generosa do povo pontagrossense.

Desta decisão, solicita seja dado ciência do Dr. Pércio Garcia, no seguinte endereço: rua Augusto Ribas, 180 — Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, após ouvido o douto Plenário, um voto de regozijo pela passagem do 74.º aniversário de fundação do CORITIBA FOOT BALL CLUB, ocorrido dia 12 p.p.

Requer, outrossim, que da decisão seja dado conhecimento à direção da agremiação.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício à excelentíssima senhora Secretária de Estado da Educação do Paraná, solicitando o funcionamento de 5ª a 8ª séries, do 1.º grau, no período noturno, no Ginásio Coronel Manoel Antonio Gomes, de Reserva.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz, tendo em vista que Reserva possui clientela em potencial de 5ª a 8ª séries, mas os candidatos não podem frequentá-los, pois trabalham durante o dia e essas séries só funcionam no período diurno.

Entendo que tal medida, se, adotada, virá de encontro aos anseios da comunidade estudantil daquela cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício à excelentíssima senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação de Curso de Segundo Grau - Magistério em período noturno, no Ginásio Coronel Manoel Antonio Gomes, de Reserva.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz, tendo em vista que Reserva possui clientela em potencial para o Curso de Segundo Grau - Magistério, em período noturno, uma vez que os candidatos ao curso, são pessoas que trabalham durante

o dia.

Entendo que tal medida, se adotada, virá de encontro aos anseios da comunidade estudantil daquela cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao senhor governador do Estado pedido de informações sobre e a seguir anunciado:

a) Qual é o orçamento das empresas estatais controladas pelo governo do Paraná para o ano de 1984?

b) Qual o programa de aplicação dos recursos orçamentários dessas empresas para o próximo ano?

c) Qual o montante dos recursos financeiros aplicados até agora pelas empresas estatais do governo paranaense, a partir de 15 de março do corrente ano?

d) Quanto foi gasto com obras públicas?

e) Quanto foi gasto por essas empresas em campanhas publicitárias?

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao excelentíssimo senhor Secretário do Interior, solicitando atendimento às reivindicações do município de Campo Mourão efetuadas ao Governador do Estado em 30 de setembro de 1983.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Mourão solicitou ao Governador do Estado a construção de 2.000 (casas) dentro do programa de construção de 90.000 casas para população de baixa renda. Implantação de vila urbano rurais, sendo que o município colocará à disposição 20 alqueires de terreno; construção de 200 casas em sistema de mutirão, para resolver o problema do favelamento urbano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Justiça, solicitando atendimento das reivindicações formuladas pelo município de Campo Mourão, ao Governador do Estado, em 30 de setembro de 1983.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão fez em 30 de setembro de 1983 ao Governador do Estado as seguintes reivindicações: criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento; criação de Juízo de Pequenas Causas.

As reivindicações acima são velhas aspirações do povo de Campo Mourão e de toda a microrregião da CONCAM, esta que tem se havido sem a mínima assistência nesta importante área da Justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência após ouvir o plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo senhor secretário da Cultura e Esportes, solicitando o atendimento

das reivindicações do município de Campo Mourão formuladas ao Governador do Estado em 30 de setembro de 1983.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Mourão fez as seguintes reivindicações ao Sr. Governador do Estado em 30/09/83, para as quais solicitamos o atendimento:

Aproveitamento dos espaços físicos existentes em Campo Mourão para aproveitamento em promoções estaduais a nível regional; apoio para complementação das obras do ginásio de esportes Belim Carolo; aproveitamento de Campo Mourão como passagem do roteiro turístico; verbas para complementação das obras do complexo esportivo Roberto Brzezinski; construção de centro esportivo na Praça Alvorada, no Jardim Lar Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Segurança, solicitando que o mesmo atenda as reivindicações do município de Campo Mourão, entregues ao governador do Estado em 30 de setembro de 1983.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Mourão apresentou as seguintes reivindicações ao Governador do Estado para as quais solicitamos atendimento:

Construção de mini presídio regional; instalação e funcionamento de dois distritos policiais e construção de suas sedes; maiores verbas do Funrestran, Funrespol; e Funresbom; doação de um veículo camionete para o Corpo de Bombeiros; promover alteração de nível do Corpo de Bombeiros do Grupo 4 atual para o Grupo 3, visando redução de seguro às empresas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Planejamento, tendo em vista o convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo Estadual, ocorrido em 14 de fevereiro de 1980, onde prevê a liberação de recursos relacionados ao Programa de Investimentos em Transportes Urbanos.

Neste sentido, o excelentíssimo senhor prefeito municipal de Janiópolis, Neurides Valber Brero, através de correspondência enviada, requer a liberação de uma parcela referente ao convênio no valor de Cr\$ 234.927,00, no tocante ao Programa de Mobilização Energética - PME - PR (Taxa Rodoviária Única - TRU), objetivando efetuar as diversas melhorias no sistema viário local, conforme o programa.

É fundamental, dada a necessidade, a liberação de tal parcela, a fim de amenizar em parte, a grave situação por que passa, em termos econômicos, a administração de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, no sentido de que, através de estudos devidos, seja avaliada a possibilidade de se realizar a construção de cinquenta casas populares no município de Terra Boa.

De iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal, Elso Gracia Segura, onde reivindica, conforme correspondência recebida, a real necessidade de proporcionar aos habitantes daquela comunidade, a construção de tal tipo de resistência.

A administração municipal de Terra Boa compromete-se de imediato, a colocação à disposição, terrenos para a edificação das referidas obras, assim como serviços que possam beneficiar os futuros mutuários, em termos de barateamento.

Torna-se necessário medidas capazes de viabilizar a execução o mais rápido possível das casas populares.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que sejam realizados estudos quanto à viabilidade de se implantar uma agência do Instituto da Previdência do Estado - IPE, na municipalidade de Janiópolis.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do Governo Estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às Metas no Setor da Saúde e Saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar este processo, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política da saúde.

A criação portanto, da agência do IPE, no município de Janiópolis, está sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja analisada a viabilidade de proceder a instalação de um prédio para o funcionamento da Delegacia Policial no Distrito de Luiziana, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

De iniciativa do senhor Heitor Fim, tal medida visa permitir que aquele distrito, dado ao seu crescimento, necessita de um melhor atendimento, condizente com a dimensão atual.

Neste sentido, torna-se fundamental, que medidas sejam executadas, a fim de proporcionar maior segurança e tranquilidade a toda aquela coletividade.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando a instalação de agências e postos do Banestado na cidade de Londrina, conforme justificativa, através da Secretaria das Finanças.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor José Brandt Silva, presidente do conglomerado Banestado, sugerindo a instalação de mais agências e postos do Banco do Estado do Paraná, no município de Londrina.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Londrina conta hoje com aproximadamente quatrocentos mil habitantes. E conta com apenas três agências do Banestado, sendo que uma fora do perímetro urbano (Agência do Ceasa). Dentro da política de fortalecimento do banco oficial, entendemos das mais justas a reivindicação da comunidade londrinense, uma vez que redes privadas possuem hoje estrutura igual ou até superior ao Banestado. Manifestando o apelo da comunidade, sugerimos:

a) transferir a agência Ceasa para a Vila Cazone, dotando a Centrais de Abastecimentos do Paraná S/A de um posto;

b) instalar uma agência nas imediações da rua Maringá, estendendo postos para o Jardim Bandeirantes e Jardim Leonor;

c) instalação de agência na Vila Nova.

d) instalação de agência no Distrito de Tamarana.

Outrossim, queremos informar que sabemos das enormes dificuldades em se obter carta patente. Contudo, a ampliação da estrutura do Banco do Estado do Paraná S.A. em Londrina é uma necessidade urgente.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao presidente do BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., solicitando a instalação de um escritório do referido órgão na cidade de Londrina, através da Governadoria.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor João Elísio Ferraz Campos, Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - BADEP, solicitando a instalação de um escritório regional na cidade de Londrina, para atendimento e assistência às médias e pequenas empresas daquela região.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(A) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um escritório regional do BADEP na cidade de Londrina é uma reivindicação das mais justas e várias entidades apoiam o movimento, dentre as quais: Câmara Municipal, Associação Comercial, Federação das Indústrias no Estado do Paraná (Delegacia de Londrina), Sindicato dos Economistas, Sindicato dos Contabilistas, Sindicato do Comércio Varejista, Sindicato da Construção Civil e outras.

Tal medida viria de encontro à política de interiorização do Governo José Richa, buscando descentralizar a ação administrativa e fixando prioridade às médias e pequenas empresas de Londrina e região.

A instalação de um escritório regional teria a função de elaborar projetos, efetuar levantamentos cadastrais, manter contatos permanentes e dar todo tipo de assistência, evitando-se assim os constantes deslocamentos dos empresários até à capital.

Acreditamos ser uma reivindicação plenamente justificável e que viria de encontro aos anseios de uma região extremamente importante do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo senhor doutor ERASMO GARANHÃO, DD. Secretário de Estado das Finanças, para que determine estudos no sentido de que o leite tipo "C" não sofra incidência do ICM em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em reunião do dia 11 próximo passado, o Conselho de Política Fazendária determinou que, a partir de 1.º de janeiro de 1984, os Estados do Centro-Sul, poderão cobrar a alíquota integral de 16% do ICM sobre o leite tipos "B" e Longa Vida e, ao mesmo tempo, autorizou os Estados a tributarem em até 50% — portanto 8% de ICM — o leite tipo "C".

Com relação ao leite tipos "B" e Longa Vida, por poderem ser enquadrados como artigos de consumo restrito e que abastecem camadas da população de poder aquisitivo elevado, nada obsta a cobrança do imposto, que por si só, deve ser instrumento de justiça social e de distribuição equitativa de renda.

Porém, no tocante ao tipo "C", artigo popular e que deveria estar ao alcance de toda a população, em razão dos altos custos de produção e da baixa remuneração dos trabalhadores brasileiros, teve, nos últimos anos, uma retração violenta no consumo "per capita", o que é preocupante em termos de nutrição, em particular de adequada alimentação infantil.

Assim, cremos ser de justiça social e, portanto, dentro do programa de nosso Governo, contribuir para a diminuição tanto quanto possível, do preço final desse produto de primeira necessidade, através da insenção do ICM, ao leite tipo "C", democratizando o seu consumo, contribuindo, assim, embora dentro da limitada esfera de influência do Estado, no preço final, para a melhoria alimentar das populações de baixa renda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do plenário, REQUER seja encaminhado cópia do expediente anexo que recebemos da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, à excelentíssima senhora Gilda Poli Rocha Loures, digníssima secretária da Educação, consubstanciada com o nosso irrestrito apoio à iniciativa da direção daquele estabelecimento de ensino que está reivindicando autorização para ampliação de mais 16 salas de aula para abrigar a demanda cada vez maior de alunos que atualmente são obrigados a se deslocarem para outros estabelecimentos daquela cidade por falta de espaço físico.

Desejamos outrossim, através deste, congratular-mos com a atual direção da Faculdade pela oportuna iniciativa, e o que é mais importante e louvável o fato de que se

comprometem a construir as citadas salas com recursos próprios.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao professor Oziel Prado Tavares, digno diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia, do pronunciamento proferido pelo vereador ANGELO PILATTI JÚNIOR, de Ponta Grossa, em sessão daquela Câmara do dia 10.10.83, onde faz veemente apelo às autoridades competentes no sentido de medidas imediatas para uma maior segurança naquele município.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja transcrito nos Anais desta Casa, a íntegra da crônica do professor JOSÉ WANDERLEY DIAS, publicada no jornal "Gazeta do Povo" do dia 12.10.83, intitulada "A VAIA", cuja edição anexamos.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O eminente professor e escritor, num lampejo de sentimentalismo e capacidade de transmitir verdades em forma de crônica, leva ao público leitor, através de uma seqüência histórica de fatos negros em que, em momentos afoitos, quer dirigidos, ou como forma de deixar escapar sentimentos ou protestos, pequenas minorias tentaram denegrir memórias invioláveis.

E desta forma, o cronista associando-se às manifestações de reconhecimento ao que o grande professor Flávio Suplicy de Lacerda, fez pela nossa educação, denuncia o descaso que as autoridades educacionais do atual governo demonstraram quando da inauguração da placa, que com justiça, denominou "FLÁVIO SUP LIC Y LACERDA", o Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná.

E nós, como paranaense e representante do povo, sentimos que, enquanto se ensina as lições e ideologias de um estrangeiro distante em escolas de menores, olvida-se a memória de quem tanto fez pela educação de seu Estado, como professor, como reitor e como ministro da educação.

Registre-se também nossa repulsa, aos que hoje usufruem do trabalho do mestre, que num gesto de descaso ou incompetência, dirigido ou não, a exemplo da turba de outrora, e do contubérnio coletivo da ignorância e da intolerância, tentaram "vaiar" a memória do grande professor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia, sessão desta data, do artigo anexo "A CONSCIÊNCIA DO SOCIAL", de sua autoria, publicado no "O Estado do Paraná", edição do dia 09.10.83; "Gazeta do Povo", edição do dia 10.10.83 e no "LUD (O Povo)", jornal de circulação dirigida à Colônia Polonesa no Brasil, edição do dia 11.10.83,

cujo teor destaca o significado da outorga do prêmio Nobel da Paz ao líder operário Lech Walesa.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais; REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, em inteiro teor, o artigo anexo, publicado no dia nove de outubro próximo passado no jornal "O Estado do Paraná", de autoria de sua excelência reverendíssima Dom Pedro Fedalto e intitulado "CONGRESSISTAS A FAVOR DO ABORTO", onde o autor, com rara inspiração, lança um veemente libelo contra a campanha que hoje se realiza no País, em favor do aborto.

Colocando de maneira clara e indiscutível os pontos de vista da Igreja sobre tão controvertido assunto o pronunciamento do Arcebispo de Curitiba retrata de maneira fiel a situação brasileira, quando diz:

"Não é aumento da população que empobrece um País.

O que empobrece uma Nação é a exploração e má administração pública dos bens. É a falta de organização e de responsabilidade."

Nestas condições, requeiro, outrossim, seja feito um apelo aos demais órgãos da imprensa escrita e falada de nosso Estado que deem a devida divulgação ao pronunciamento de sua excelência reverendíssima que se comunique ao autor o total apoio desta Casa num assunto de tal gravidade.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 179/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o Jockey Club do Paraná dos encargos contidos na doação feito pelo Estado, transcrita no livro 3-M, sob o número 17.386, datada de 23 de maio de 1961, do Cartório da 2ª Circunscrição, da Comarca da Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A doação de que trata a presente lei é de um terreno de forma irregular, com área de 176.000 metros quadrados, vizinho ao Hipódromo do Tarumã e doado ao Jockey Club Paranaense, em 1961, com a condição de nele ser construído hospital destinado ao atendimento dos profissionais de turfe e de todos aqueles que exerçam atividades no setor da criação de cavalos puro sangue.

A medida, na época bastante oportuna, foi protelada através dos tempos pelo alto custo exigido para construir uma casa de saúde bem aparelhada e destinada para as finalidades especificadas, deixou de ter a prioridade de então pelo desenvolvimento da rede hospitalar curitibana, extensão dos serviços de assistência social e pelo alto custo que um hospital de tal natureza, certamente deficitário iria acarretar para os já sobrecarregados cofres do Jockey Club um pesado ônus que, em última análise, acabaria por ser arcado pelo próprio Governo do Estado.

Nestas condições, a liberação que pretendemos com o presente plano de lei, permitirá ao Jockey Club Paranaense alienar o imóvel em questão, revertendo o produto da venda

para o equilíbrio de sua situação financeira, abalada com a crise que assola o País.

PROJETO DE LEI Nº 180/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominada "Rodovia Heitor Alencar Furtado", a estrada que liga Paranavaí a Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O companheiro Heitor de Alencar Furtado, jovem ainda, aos 22 anos, surgiu na cena política nacional, eleito para uma cadeira na Câmara Federal, ocupando o lugar deixado vago por seu pai, José de Alencar Furtado, cassado de forma arbitrária e injusta quando exercia a liderança da bancada federal do artigo MDB.

Seguindo os passos de seu pai, Heitorzinho — como o chamavam os mais chegados — soube somar a combatividade e aguerrimento característicos da juventude à experiência dos mais velhos. Firme em suas convicções, mas sempre aberto ao debate, pautou sua conduta no Congresso Nacional na defesa intransigente da democracia e dos interesses maiores de nossa Pátria. Crítico feroz do arbítrio, não titubeava em denunciar as mazelas do autoritarismo, estando sempre ao lado dos injustiçados e oprimidos. Teve papel destacado em todas as lutas travadas no período em que estava na Câmara Federal: a anistia, a luta contra a extinção do antigo MDB, contra o adiamento das eleições de 80, na denúncia dos terroristas do Rio Centro — enfim, um combatente, sempre a frente das lutas de seu povo.

Quando das eleições de 1982, sendo seu pai, reabilitado politicamente pela Anistia, candidato a uma cadeira na Câmara Federal, a mesma que o arbítrio havia lhe usurpado a ele, Heitor, ocupava — entendeu de postular uma cadeira na Assembléia Legislativa, representando a região de Paranavaí. Pretendia dessa forma continuar participando da luta pela democracia e dar a sua contribuição ao novo Paraná que nasceria das urnas do 15 de novembro. Imprimia à sua campanha um tom contundente, denunciando vigorosamente a situação de miséria do nosso povo, as desigualdades sociais, a política econômica voltada exclusivamente para o favorecimento do capital estrangeiro e das multinacionais.

Quis o destino que um irresponsável, entrincheirado em um pretensão acobertamento das forças da "lei", ceifasse, de maneira brutal, a sua vida jovem e cheia de esperanças. Heitorzinho tombou na luta pela redemocratização.

Temos a convicção de que a sua vida não pode e não deve ser perdida em vão. Pelo contrário, a vitória de José Richa e a consagração que seu pai, Alencar Furtado, receberam das urnas, é a prova inequívoca da vontade de nosso povo de mudar, e do amor que esse mesmo povo devota àqueles que, apesar dos sacrifícios, se postam, com determinação e coragem à frente da luta pela libertação nacional.

Dar o nome de "Heitor de Alencar Furtado", à Rodovia que liga Paranavaí a Santa Isabel do Ivaí, é, não apenas uma homenagem prestada pelos seus sentidos companheiros, quando se completa um ano de seu desaparecimento, mas um símbolo que deve ficar para a posteridade de como a luta por um ideal pode custar a um homem a sua vida, mas nunca a sua honra.

PROJETO DE LEI Nº 181/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — As obras públicas que forem edificadas pelo Executivo, Legislativo ou Judiciário, serão executadas por órgãos especializados do Poder Executivo, facultando-se a fiscalização de seu andamento ao Poder em cujo orçamento a dotação foi consignada.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, dentro de no máximo 90 (noventa) dias de sua vigência.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Roberto Requião, Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende regulamentar a execução das obras públicas dos três Poderes do Estado, estabelecendo, ao mesmo tempo, a obrigatoriedade de fiscalização pelo Poder interessado.

Quer nos parecer bastante lógico que o Poder interessado, em cujo orçamento a verba foi consignada tenha o direito e a obrigação de fiscalizar a obra de seu interesse, mesmo porque os seus representantes, ao exercer a fiscalização, zelarão para que essa obra, realmente, atinja as finalidades pretendidas.

Por outro lado, havendo no Poder Executivo órgãos especializados na execução de obras públicas, a eles deve caber a responsabilidade da execução.

PROJETO DE LEI Nº 182/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Lei 6639, de 05.12.74, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4.º — Somente terá direito a aposentadoria o associado que houver feito 96 (noventa e seis) contribuições mensais para o Fundo, correspondente aos 8 (oito) anos imediatamente anteriores à concessão do benefício.

Parágrafo único — O associado que, ao perder a condição de Deputado, tiver contribuído para o Fundo pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, mas não houver completado o tempo previsto no “caput”, terá direito à percepção, durante 6 (seis) meses, de um auxílio de valor correspondente o da aposentadoria a que teria direito se completada a carência, desde que não tenha sido eleito, nomeado ou contratado para cargo em órgão da administração pública direta ou indireta com remuneração total superior ao benefício.

Art. 5.º —

§ 1.º — A requerimento do deputado estadual, da Legislatura em curso, será computado, para todos os efeitos legais, o tempo de exercício de mandato Federal, Estadual ou Municipal, até o máximo de 4 (quatro) anos, desde que recolha as contribuições, mensais, devidas fixadas em 14% na base dos subsídios fixos mais variáveis percebidos pelo Deputado Estadual por ocasião do recolhimento.

§ 2.º — O Conselho Deliberativo disporá sobre o prazo e formas para o cumprimento do parágrafo anterior.

§ 3.º — Ao deputado em exercício na data da entrada em vigor desta Lei, que perdeu mandato anterior de deputado estadual, em decorrência de ato de exceção, aplica-se o disposto no artigo 27 e suas alíneas da Lei 6639/74, podendo contribuir conseqüentemente sobre 4 (quatro) anos.

Art. 6.º —

a) Contribuição compulsória dos deputados no valor de 10% do total da remuneração, descontada em folha de pagamento, excluídas as ajudas de custo, referentes a convocação e desconvocação.

b) Contribuição da Assembléia Legislativa correspondente a 16% do total dos itens referidos na alínea anterior.

c) Contribuição dos aposentados e pensionistas, na razão de 10% do valor do benefício.

d) —

e)

f)

g) Produto da contribuição obrigatória da Assembléia Legislativa a título de auxílio correspondente : a 50% (cinquenta por cento) do valor dos encargos com aposentadorias e pensões previstas no exercício, a partir de 1987.

Parágrafo único —

Art. 7.º — Todas as contribuições e rendas serão recolhidas em instituições bancárias oficiais do Estado do Paraná, em conta especial, que só poderá ser movimentada nos termos desta Lei.

Art. 8.º — A aposentadoria por tempo de contribuição, consistirá em uma renda mensal, vitalícia, de valor proporcional ao tempo de mandato exercido pelo associado, ou de contribuição, à razão de 1/24 (um vinte e quatro avos) por ano, tomando-se por base o valor da remuneração do deputado estadual, compreendendo as partes fixas e variáveis e quantias a outros títulos percebidos pelos deputados, excluídas as ajudas de custos referentes a convocação e desconvocação.

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º —

§ 4.º — Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo terceiro, deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras “a” e “b” do artigo 6.º.

§ 5.º — O sócio aposentado poderá, a qualquer tempo suspender o recebimento do benefício da aposentadoria e continuar contribuindo para o Fundo na forma do artigo 6.º, letras “a” e “b” desta Lei, ou dos artigos 5.º e 6.º da Lei 6639/74 se optante pela mesma, assegurando-se-lhe o direito e recálculo do valor de sua aposentadoria, obedecidos os critérios levados em conta para a sua concessão, ou o tempo mínimo de um mandato completo.

Art. 9.º — A pensão por invalidez será devida ao associado que tornar inválido total e permanentemente para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício de uma renda igual ao benefício da aposentadoria a que teria direito.

§ 1.º —

§ 2.º — Na hipótese do associado não tiver completado 8 (oito) anos de mandato, perceberá o equivalente à aposentadoria mínima prevista no artigo 4.º desta Lei.

Art. 10 — Os benefícios de que trata esta lei serão reajustados sempre que ocorrer alteração na remuneração do deputado estadual.

§ 1.º — Ocorrendo a morte do associado será concedida pensão aos dependentes, como tais definidos na legislação do Instituto de Previdência do Estado, Lei nº 4766/63, correspondente a 50% do benefício a que teria direito o associado.

§ 2.º — Será descontado da viúva, no pagamento do benefício previsto no parágrafo anterior os valores da pensão recebida nos termos da Lei nº 7568 de 11 de janeiro de 1982.

Art. 11 — O sócio aposentado que vier a ser investido em mandato eletivo remunerado, à nível Estadual ou Federal, ou em cargo de Ministro ou Secretário de Estado, não perceberá durante o exercício do mandato ou cargo, o benefício do Fundo, salvo se o total da remuneração for menor que o benefício, caso em que terá direito a perceber a diferença do Fundo.

Art. 12 — O deputado afastado para exercer função constitucionalmente compatível com o mandato parlamentar continuará recolhendo a sua contribuição de acordo

com o artigo 16, letra "a", cabendo ao órgão onde esteja desempenhando suas funções, o recolhimento de que trata a letra "b", do mesmo artigo.

Parágrafo único —

Art. 21 —

Parágrafo único — O Conselho Deliberativo poderá arbitrar gratificações de funções e ou representações em favor dos funcionários requisitados, consoante os encargos que lhes foram atribuídos.

Art. 22 — A critério do Conselho Deliberativo, ou por deliberação da Assembléia Geral, se procederá ao levantamento da situação econômica financeira do Fundo, mediante cálculos atuais, sempre que tal procedimento seja recomendado.

Art. 24 —

Parágrafo único — Aplicações em Caderneta de Poupança, Open Market e Over Nigth, independem de autorização do Conselho Deliberativo.

§ 2º — Os valores do Fundo deverão ser capitalizados à taxa de pelo menos 6 % (seis por cento) ao ano, e da Correção Monetária.

Art. 2º — O associado que esteja enquadrado no artigo 8º da Lei 6639/74, terá reajustado o seu benefício nas bases estabelecidas desta Lei, depois de paga a última prestação de um total de 48 (quarenta e oito) mensais e sucessivas, podendo retroagir o pagamento ao início da legislatura em curso, correspondente a 14% calculadas sobre o valor da remuneração total por ocasião do recolhimento deduzindo o valor das partes remuneratórias sobre as quais incidiu o recolhimentos efetuados na forma da Lei 6639/74 desde que requerido em 90 (noventa) dias da publicação desta lei.

Parágrafo único — Para aplicação do disposto neste artigo, ou de outras alterações definidas por esta Lei, o associado referido no "caput" deverá mediante requerimento, manifestar concordância com as novas disposições, especialmente a da alínea "c" do artigo 6º, no prazo de 90 (noventa) dias da entrada em vigor das mesmas, anteveendo-se que, se deixar de assim proceder, não lhe serão aplicáveis os dispositivos desta Lei, assegurados, entretanto os direitos adquiridos.

Art. 3º — Para fazer jus à pensão fixada nos termos desta lei, os deputados e contribuintes facultativos deverão recolher pelo menos 48 (quarenta e oito) contribuições mensais, calculadas sobre a remuneração total dos deputados, previstos na letra "a" e "b" do artigo 6º.

§ 1º — É facultado aos atuais deputados a contribuintes facultativos retroagir ao início da legislatura em curso o pagamento de suas contribuições pela nova base de cálculo, pagando neste caso, apenas diferença entre estas contribuições e as que já foram pagas pelo sistema da Lei nº 6639/74.

§ 2º — O contribuinte facultativo em 90 (noventa) dias da publicação desta lei, optará pela aplicação do "caput" deste artigo ou pelo disposto na Lei 6639/74.

Art. 4º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas quando houver necessidade.

Art. 5º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

Apoio: Ferrari Júnior, Rubens Bueno, Nelson Vasconcellos, Trajano Bastos, Tadeu Lúcio Machado, Erondy Silvério, Nestor Baptistas, Artagão Mattos Leão, Ervin Bonkoski, Anibal Khury, Paulo Furiatti, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Jorge Maia Filho, Gabriel Manoel, Gemote Kirinus, Tércio Albuquerque, Osvaldo Alencar Furtado, Djalma de Almeida César, Nilso Sguarezi, José Antônio Fonseca, Hermas Brandão,

Roberto Requião, Werner Wanderer, Edgar Pimentel, Caíto Quintana, Homero Oguido, Péricles Pacheco, Mário Pereira, Augusto Carneiro, Fiori Luiz, Sérgio Spada, Amélia Hruschka, Luiz Alberto Oliveira, Odeni Mongruel e uma ilegível.

PROJETO DE LEI Nº 183/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declara de de utilidade pública a Associação dos Moradores da Comunidade São de Domingos, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no cartório civil de pessoas-jurídicas, desta Capital e serve desinteressadamente à coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente a matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos nobres Pares a medida aqui proposta esperando o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 184/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE AUDIO COMUNICAÇÃO INFANTIL - ANPACIN, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação Norte Paranaense de Áudio Comunicação Infantil - ANPACIN, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, com estatutos devidamente registrados sob nº 728, em 29/01/82, no Registro de Títulos e Documentos de Maringá, está em pleno e regular funcionamento, atendendo as finalidades para que foi criada.

Consta em seus estatutos que é uma associação civil de caráter filantrópico e com duração indeterminada, tendo por objetivo principal a reabilitação de menores portadores de defeito de áudio-comunicação através de ensino especial, usando de todos os meios modernos tanto em equipamentos como em metodologia, com a finalidade de integrá-los na sociedade.

A entidade não distribui lucros, bonificações ou dividendos, sob qualquer forma ou pretexto aos sócios, diretorias ou mantenedores, aplicando sua receita e patrimônio dentro do território nacional. Os membros de sua diretoria e conselhos consultivo e fiscal não são remunerados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados.

Eu queria, nesta tarde de hoje, contragular-me com o governo José Richa que continua administrando o Estado fazendo obras em quase um ano de governo, e continua, sr. presidente e srs. deputados, aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo; e continua também, sr. presidente, e srs. deputados, com a sanha de caça às bruxas. Governo que

vai a Foz do Iguaçu, sr. presidente, para falar sobre desemprego; um governo que, infelizmente, na minha região exonera, sr. presidente, taxativamente, pessoas humildes, conforme já denunciemos desta tribuna, e o que é mais grave, sr. presidente e srs. deputados, é a falta do bom-senso desse governo que nada faz; desse governo que até hoje não apresentou mensagem nenhuma ao povo, a não ser a sanha de exonerar, a não ser a sanha de gerar o desemprego. Aqui, tem, sr. presidente, uma rescisão de contrato da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, concernente ao 19.º Distrito de Ribeirão do Pinhal, sendo a senhora Iracema de Andrade exonerada taxativamente, com mais de dez anos de serviço. E para que passem, srs. deputados, aqui está a declaração do próprio médico da Saúde daquela localidade. (Lê):

“Eu, dr. FERNANDES CALIXTO FRAIZ, brasileiro, casado, médico, atualmente exercendo as funções de chefia do Centro de Saúde desta cidade, cujo início se deu em 1977.

DECLARO a pedido da pessoa interessada e a quem interessar possa, que a sra. IRACEMA DE ANDRADE PERREIRA, funcionária deste Centro de Saúde, de Ribeirão do Pinhal, tem sido exemplar no desempenho de suas funções das quais pode-se destacar, entre outras, o serviço de imunizações em geral, serviço de fichário, secretaria e triagem médica, sempre as exercendo a contento, com dedicação e zelo no período de maio de 1977 a 30 de setembro de 1983, tendo inclusive, informações de que a aludida funcionária, anteriormente à minha gestão, exerceu, igualmente, as suas funções, não tendo conhecimento de qualquer ato que possa desabonar a sua conduta de funcionária honesta, exemplar correta e de grande iniciativa, pois a mesma nunca deu margem a crítica por partes de seus superiores.

Por ser a expressão da verdade, forneço esta declaração para que a funcionária faça o uso que lhe convier. Ribeirão do Pinhal, 30 de setembro de 1983.

(a) Fernandes Calixto Fraiz médico chefe do C.S.”

Queria convocar o deputado que representa Ribeirão do Pinhal que ao invés de levar, sr. presidente, o desemprego àquela cidade, que leve umas carretas de asfalto para tapar os buracos daquelas estradas; que aplique o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. Estão aqui, sr. presidente, mais relações que haveremos de ler sobre exoneração na nossa região, pois a sanha do governador José Richa já chegou com seus tentáculos a nossa região. Temos, sr. presidente, temos, ilustre representante de Ribeirão do Pinhal, companheiros de vossas excelências nos postos do Governo Federal com contratos que poderemos cancelar, mas nem por isso o faremos porque nós sabemos da nossa posição. Nós zelamos pelo nosso partido. Nós zelamos pela conduta dos que trabalham. Há posto do INPS, do INAMPS, em Ribeirão do Pinhal, com contrato que seriam sumariamente exonerados porque não fazem parte de nossa facção. Eu pergunto, sr. presidente e srs. deputados, como pode o governador José Richa se apresentar, depois de quase um ano de serviço, perante o seu povo?

Nada fez; ou se fez muito, exonerando os mais humildes funcionários por intermédio dos secretários incompetentes. Eles estão cavando, sr. presidente, o caos desse governo fissurado e não é por isso que nós deixamos de pensar no adágio popular: “quem não cuida da sua casa, como pode cuidar da casa do vizinho?” Voltaremos oportunamente, sr. presidente, para dizer sobre a exoneração de pessoas com mais de dez anos de serviço. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

“Os estudantes de todo o Estado do Paraná, estiveram reunidos em Paranaguá onde realizaram debates sobre os problemas internos próprios do movimento, destacando-se as eleições para uma nova gestão, bem como a situação econômica, social e política, entre outros assuntos, firmando posições que por certo virão a contribuir para a solução dos atuais problemas da Nação, como é a exigência de todos.

Não foi simplesmente mais um encontro apenas, e sim um momento de enorme importância histórica na vida estudantil, comprovando o que tem ocorrido ao longo de seus mais de trinta e oito anos de existência.

Surgida em 17 de junho de 1945, a UPES sempre teve seu papel de destaque na comunidade paranaense, marcado pelos fatos concretos e pelas lutas, cujos desdobramentos são comprovados não somente em suas movimentações, mas também na atual conjuntura política. Desta maneira, são diversos seus ex-integrantes que, em função das lides estudantis, obtiveram importantes espaços em outros segmentos da sociedade. No entanto, a maioria deles, de uma forma ou de outra, até procuraram negar sua origem, assim como uma ação voltada para os verdadeiros interesses do País, defendidos incansavelmente pelos estudantes de nível médio e também pelos universitários.

Por outro lado, teve a UPES presidentes e alguns diretores, cuja coragem serve de exemplo ainda hoje, pois fizeram frente às atitudes do autoritarismo, que através de diferentes formas procurou sempre obstruir a livre organização e manifestação do estudantado, assim como de outras representações de classe e do povo brasileiro em geral.

O movimento estudantil jamais se ateve só aos temas educacionais, mas sempre tomou posicionamento progressistas que viessem a favorecer os diferentes setores da coletividade, imbuídos no mais alto espírito de justiça social e honestidade de princípios, como defensores dos menos favorecidos.

É inegável que o estudante sempre foi, não o instrumento, mas o próprio rompedor dos mais profundos pensamentos e costumes, muitas vezes conservador, somente possíveis através de encontros como aquele realizado no litoral paranaense.

Por isso, é necessário mais do que nunca, considerar o reconhecimento deste Estado pela participação da UPES nos movimentos libertários, cujas lições precisam continuar sendo assimiladas, principalmente neste momento quando inúmeras são as barreiras que existem para evitar a livre organização e manifestação da UPES, e conseqüentemente dos mais de dois milhões de estudantes paranaenses que se somam aos mais de vinte e cinco milhões em todo o País.

Se hoje, a nível estadual temos um governo democrático, realmente comprometido com a vontade popular, é fruto também da ação conseqüente e segura da classe estudiantil, que vem resistindo desde os períodos mais obscuros do arbítrio, as liberdades de hoje, em que pesem as limitações, só são possíveis em face à combatividade de entidades como a UPES.

Devemos acreditar nesta nova diretoria ora eleita, compostos de diversas lideranças estudantis oriundas dos mais diferentes pontos deste Estado, sendo a composição da gestão denominada “RESISTÊNCIA” 83/84, a seguinte:

Presidente: Valmor Stédile - Coronel Vívica

Vice-Presidente Geral: Gilberto Santana de Alencar - Campo Mourão.

Secretário Geral: Cláudio Angelo Perufo - Pranchita

Tesoureiro Geral: Gerson Luiz Sarturi - Curitiba

Secretaria de Imprensa: Eymard J. Frigoto - Francisco Beltrão

Secretário da Cultura: Élio R. de Oliveira - Toledo.

Portanto, devemos reafirmar o direito e a necessidade de dar ao jovem, mecanismos de participação nos destinos da vida nacional.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. presidente, srs. deputados.

Gostaria inicialmente de destacar a inauguração no dia 12 de outubro próximo passado, na cidade de Ponta Grossa, do Hospital Escola para crianças com deficiências.

Faço questão de dar um destaque a esta iniciativa, porque sem dúvida alguma demonstra o espírito solidário e a generosidade do povo de Ponta Grossa, que através de um esforço de coordenação, levado a efeito pelo Lions Clube Centro e pela própria entidade beneficiada, a Associação Pontagrossense de Amparo à Criança Defeituosa, conseguiram construir uma obra magnífica e que virá ao encontro das necessidades mais aflitivas dessas crianças portadoras de defeitos físicos.

Quero nesta ocasião, externar os nossos cumprimentos à pessoa do dr. Pércio Garcia, diretor da referida entidade e presidente do Lions Clube de Ponta Grossa - Centro, no sentido de que receba, deste deputado, em nome de fração expressiva da comunidade de Ponta Grossa, os nossos efusivos cumprimentos, e que o referido diretor, estenda também essa manifestação, aos diretores que o antecederam, nas pessoas de Bernaldo Brito Costa e de Darcy Horta, bem como salientamos também, o trabalho memorável de dedicação, de entrega total e absoluta a esta causa, por parte do industrial Sr. Alfredo Gobo.

Quero também destacar aqui, o pronunciamento levado a efeito na Câmara de Vereadores de Ponta Grossa pelo vereador Ângelo Pilatti Júnior, advogado que atua nas lides forenses de Ponta Grossa, no sentido das necessidades imediatas que se fazem agora, mais do que nunca, imposição, externada pelo apelo de toda uma comunidade, no que se refere às condições de segurança pública. No dia 10 de outubro, aquele vereador em pronunciamento na Câmara Municipal de Ponta Grossa, em que grande parcela da população pontagrossense acorreu àquela Casa de Leis a fim de avalizar o apelo que fez o sr. vereador, no sentido de melhores equipamentos, de um maior número de efetivos, de melhores condições de instalação, àqueles a quem cabe por dever e por natureza, atender às necessidades de uma cidade que cresce e que precisa de proteção policial.

Em último lugar, sr. presidente e srs. deputados, quero aqui trazer, na condição não apenas de deputado, mas de homem profundamente comprometido com as causas de educação no meu Estado, a minha solicitação, o meu pedido ao sr. Governador do Estado, a fim de que, sua excelência determine às secretarias competentes para que revejam o critério adotado na fixação de valores para a correção orçamentária para o exercício de 1984, às entidades vinculadas. A minha manifestação prende-se acima de tudo, em defesa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, instituição à qual pertenco de direito, por vocação e de coração, para pedir ao sr. governador que não a penalize porque ela foi e continua sendo instituição austera e que trata com todo o carinho e com todo o respeito, do dinheiro público. Eu estou me referindo que, a Universidade Estadual de Ponta Grossa teve a sua cota de participação diminuída, de 14 para 11% apenas, em detrimento dessa instituição, e em favor de entidades universitárias congêneres do Norte do Estado do Paraná.

Peço pois, ao sr. governador, que reveja esses valores e contemple, com a diferença de novecentos milhões de cruzeiros, a Universidade Estadual de Ponta Grossa para que ela possa dar continuidade à sua programação acadêmica e científica, dentro dos postulados que sempre preservou.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa registra com satisfação, a presença neste recinto, da diretoria da UPES na pessoa do seu presidente, Walmor Stadile; do vice-presidente geral, Gilberto Sant'Ana de Alencar; do secretário-geral, Cláudio Ângelo Perrufo; do tesoureiro-geral, Gérson Luiz Sarturi; do secretário de imprensa, Inmartiz Rigotto, e do secretário da cultura, Hélio de Oliveira.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. presidente, srs. deputados.

Tramita nesta casa matéria orçamentária encaminhada pelo governador José Richa, e apresento nesta sessão plenária, requerimento encaminhado à Mesa, solicitando informações, do governador do Paraná, sobre as empresas estatais do nosso governo. Muito tem se ouvido nos últimos dias, particularmente, sobre a necessidade do controle eficaz e profundo nos gastos das empresas públicas no nosso País. Esta é uma forma de se combater a inflação no Brasil. O próprio PMDB, no Congresso Nacional, tem exigido, das empresas estatais do Governo Federal, não só uma prestação efetiva de contas, como também tem exigido, aliás com muita razão, que essas empresas governamentais têm satisfações amplas à Câmara dos deputados e ao Senado Federal.

Quero, com este pedido de informações, alertar o governador José Richa, para que sua excelência se enquadre a nível de Paraná, dentro desses princípios norteadores da ação política do seu partido, a nível nacional, e que dê à Assembléia Legislativa do nosso Estado, as satisfações necessárias, para que saibamos "a quantas andam" as empresas estatais do governo paranaense. Sabemos que são muitas, não temos certeza no entanto, de que estejam sendo administradas com racionalidade, e ao mesmo tempo com a autoridade necessária para o momento atual.

Nestas condições, formulamos o requerimento com cinco indagações ao Governador do Paraná, A primeira: qual o orçamento das empresas estatais controladas pelo Governo do Paraná, para o ano de 1984?

A segunda: qual o programa de aplicação dos recursos orçamentários dessas empresas, para o próximo ano?

A terceira: qual o montante dos recursos financeiros aplicados até agora pelas empresas estatais do governo paranaense, a partir de 15 de março do corrente ano?

A quarta: quanto foi gasto em obras públicas?

E a quinta indagação: quanto foi gasto por essas empresas, em campanhas publicitárias?

O que queremos é que, esse verdadeiro orçamento paralelo que é o orçamento particularizado de cada empresa estatal, seja de conhecimento dos srs. parlamentares desta Casa, para que possamos discutir não só os seus números, mas também quanto à aplicação dos recursos financeiros. E queremos cobrar mais uma vez, coerência do governo do PMDB, queremos que ele aplique espontaneamente aqui no Paraná, aqueles mesmos princípios que ele defende a nível nacional, para cobrar do Governo Federal, a austeridade, sem no entanto oferecer nenhuma demonstração concreta, dando satisfações ao Poder Legislativo, de que como um governo austero é um governo que respeita os deputados estaduais.

Devemos dizer também, que seria obrigação natural do governador José Richa, para atender as postulações feitas anteriormente na sua vida parlamentar, deveria ser, sem dúvida, obrigação sua sem nenhuma provocação desta Casa, a prestação destas contas à Assembléia Legislativa.

É este o requerimento que nós estamos encaminhando e solicitamos, sr. presidente, que este pronunciamento nele seja incluído, como sua justificativa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Há pessoas que agem e respondem responsabilmente pela sua convicção, pelos seus princípios, pelos seus ideais. Outras há que se pautam por posições dúbias, que têm comportamento mentiroso fazendo disso base para galpar posições sociais, profissionais e políticas. Mas não enganam por muito tempo, porque ninguém se deixa enganar duas vezes pelo mesmo vigarista.

É indigno de ser chamado de homem o aproveitador que prega uma coisa e faz outra. E se é indigno de ser chamado de homem, também o é do cargo, desta Casa, desta tribuna onde só a verdade deve fluir.

Roberto Requião de Melo e Silva sequer enrubesce de descer da sua posição de aprendiz de burguês para se transvestir de defensor dos pobres. Não enrubesce porque a ambição é maior, pois precisa alçar vôo para o qual seu próprio valor não é suficiente bagagem. Aproveitador que é, vale-se de camadas onde a simplicidade e a boa fé são lugar comum; usa a extrema facilidade dos hipócritas e pérfidos para ludibriar; veste sem nenhum acanhamento a pele de cordeiro sobre o mal-cheiroso couro de lobo.

Na ânsia de conquista do mandato que até hoje ele não entendeu o valor e a dignidade que tem, o que não terá Requião pregado ao nosso povo? Preocupa-me só imaginar o que não deve ter oferecido em nome do governo que iria se implantar e em nome do Partido sob cuja sigla disputou.

Prometeu à revelia e hoje não pode cumprir, porque não há ninguém acima dele que pudesse ter avaliado. O que ele quer hoje que seja cumprido não está no programa do nosso partido, nem estava na plataforma do nosso governo, nem nas promessas de campanha. Nem nunca poderia estar na pregação de um partido sério e responsável, nem no pensamento de homens dignos e conscientes que hoje são governo.

Todavia, se alguém, cúmplice de tamanha safadeza e tão irresponsável pregação, estiver tentando pô-la em prática na administração, não se coaduna com a filosofia de governo sério e honrado. E portanto...

Não creio, senhores deputados, que alguém prometeu mudança com sentido de tomar o bem público, de se apossar do patrimônio alheio, de desrespeitar a lei e a ordem de subverter os valores morais da nossa sociedade.

Não creio que tenha sido promessa de campanha a tentativa de adotar como legítimo sistema que suprime a liberdade, que escraviza, que desconhece a democracia e os direitos humanos.

A democracia que consta do nosso programa partidário e que foi pregada em campanha, não é essa.

Requião, enganador profissional, está querendo enganar aqui também; está se iludindo, pensando que aqui é possível enganar.

Acredito que só terá como sequazes aqueles que

também distorceram a democracia, na ânsia de conseguir o voto.

Existe a hora em que cai a máscara dos pérfidos enganadores do povo. E fazê-la cair, antes que cause mal maior e irremediável à sociedade, é um dever que têm os homens de uma só palavra; é um favor que se faz ao povo.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao sr. deputado Djalma de Almeida Cesar.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

“Usamos da tribuna nesta oportunidade, para levar ao conhecimento desta Casa, que estamos apresentando, para apreciação e manifestação dos senhores deputados, um requerimento propondo a consignação, na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor à Câmara Municipal de Ponta Grossa, pelo excelente, oportuno e patriótico trabalho que realizou, quando, através de uma Comissão Especial de Inquérito, levantou e denunciou as irregularidades e as consequências do abate ilegal e comercialização de produtos de origem animal, naquela cidade, que retratou também uma realidade em todo o estado paranaense, haja vista que a única área federalizada é a área metropolitana de Curitiba, e que também está apresentando problemas de fiscalização.

Na justificativa do requerimento em tela, queremos dizer a vossas excelências que o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Ponta Grossa, vem comprovar mais uma vez que o abate ilegal e as irregularidades na comercialização de produtos de origem animal, é assunto que merece, que deve merecer das nossas autoridades, sejam elas municipais, estaduais ou federais, medidas concretas, sérias e urgentes, visando moralizar essa atividade vergonhosa, que, por ser clandestina, vem trazendo graves consequências à saúde da nossa população e, notem os senhores, vem proporcionando elevados prejuízos financeiros aos cofres públicos, que deixam de arrecadar os tributos devidos.

O Matadouro Público Municipal, de Ponta Grossa, deve ser fechado ou reformado totalmente, pois do jeito que está, não dá.

Pelo relatório final da Comissão Especial de Inquérito, da Câmara Municipal de Ponta Grossa, que surpreendente mas felizmente chegou até o seu final, o Matadouro Municipal da Princesa dos Campos não tem condições de funcionamento: “a água não tem condições de potabilidade, conseqüentemente, não tem condições de ser usada para o objetivo do matadouro, sendo o problema agravado, pelo fato de estar sendo usada para lavar carne. Todas as bactérias do grupo coliforme põem em risco a saúde humana, com possibilidade de intoxicação aguda, chegando a sintomas de náuseas, diarreia e até a morte”.

Essas palavras, senhor presidente e senhores deputados, não são nossas, elas são de autoria da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SURHEMA — órgão do Governo do Estado.

Ainda com relação ao Matadouro Municipal de Ponta Grossa, um parecer do então médico sanitário e chefe do 3º Distrito Sanitário, com sede naquele município, aquele “estabelecimento encontra-se irregular, quanto aos aspectos higiênico-sanitários, não oferecendo as condições mínimas para o funcionamento”.

Encerrando seu relatório, no dia 09 de junho passado, senhor presidente, a Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Ponta Grossa ressalta que a saúde da população é meta prioritária de qualquer governo, e

entende que dentre outras atitudes de quem de direito, é imperativo a aplicação das leis pertinentes à espécie, especialmente a Lei Orgânica dos Municípios, o Código Sanitário do Estado, as Leis n.ºs 1.283, 5.760, 6.275, Decretos n.ºs 73.116 e 78.713 e Regulamentos da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de origem animal, aprovado pelo Decreto n.º 1.255, de 26.06.62.

Ainda a respeito do assunto, Senhores Deputados, nós queremos destacar o brilhante trabalho jornalístico encetado pelo "O Jornal do Estado", em suas edições de 21 a 30 de setembro passado, referente a reportagem-denúncia intitulada "DO BOI AO BIFE" que com muita propriedade tratou do problema do abate e comercialização de produtos de origem animal.

A matéria inserida sempre na página 7 do "O Jornal do Estado", daquelas datas, foram destacadas com as seguintes manchetes: "Curitibano come carne contaminada", "Lucros importam mais do que saúde", "Máfia da carne controla até a Lei", "Agente duplo garante clandestinidade", "Paraná, território livre da máfia", "Tudo é falsificado para dar lucros", "Máfia compra boi doente para vender", "Máfia controla fiscalização da Saúde", "Fiscais da Saúde negam corrupção".

Aliás, todo mundo nega corrupção. Mas a imoralidade continua, os matadouros sem condições continuam abertos e o abate ilegal e clandestino é uma constante; ainda com ameaças e coações aos homens públicos, que têm a coragem de denunciar de levantar a bandeira em favor do consumidor, como vem acontecendo em Ponta Grossa em detrimento de alguns poderosos que só querem saber de ganhar dinheiro ilícito em cima de uma população desavisada.

É de se perguntar as nossas autoridades, POR QUE NÃO IMPLANTAR A INSPEÇÃO FEDERAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, em todos os níveis, mas especialmente na área municipal, começando, portanto, nas pequenas células da Nação o bom exemplo?

Todos sabemos que cabe ao município concorrentemente com o Estado, zelar pela saúde, higiene e segurança pública. Ou a saúde pública não é Segurança Nacional?

Cremos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, cremos estar na hora de o governo botar um paradeiro nisso tudo: enquanto a população tem sua saúde colocada em risco, enquanto a União, o Estado e os Municípios deixam de arrecadar tributos, tem gente por aí ficando cada vez mais rica, obtendo lucros exorbitantes e desonestos numa atividade ilegal, imoral e sobretudo criminoso.

Concluindo, Senhor Presidente, além do encaminhamento de expediente às autoridades já mencionadas em nosso requerimento, solicitando providências urgentes que o caso requer, pedimos e requeremos a Vossa Excelência que o trabalho jornalístico do "O Jornal do Estado" e O Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Ponta Grossa, sejam transcritos nos Anais desta Casa, tendo em vista a gravidade do problema aqui tratado".

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Em primeiro lugar, deputado, quero destacar a importância do assunto que vossa excelência traz a esta Tribuna, na tarde de hoje. É um assunto palpitante e que vinha preocupando a sociedade pontagrossense já há bastante tempo. Nos últimos meses acima de tudo, houve até um estado de medo e de ansiedade na população de Ponta Grossa, devido as mais desencontradas informações a respeito do chamado abatedouro clandestino.

Na verdade nós não deveríamos nos prender em generalidades neste sentido e verificar efetivamente o que é abatedouro clandestino. Veja bem vossa excelência e é bom que esta Casa tenha conhecimento, nós temos um conjunto enorme de leis uma legislação farta a nível federal, a nível municipal e a nível estadual que regulamentam matéria desta natureza, desta especificidade.

Ora, o que se verificou acima de tudo com a promoção, com o trabalho, com o desempenho da Comissão Parlamentar de Inquérito e vossa excelência disse isto exatamente agora, foi da existência de uma ampla legislação. E nós sabemos das mesmas conclusões a que chegou esta C.P.I., ou seja, o que não há é a eficácia de todo esse conjunto de leis.

Muito bem, isto colocado deputado Djalma de Almeida César, tornou-se imperiosa a adoção de determinadas medidas por parte do Executivo Municipal, a quem cabe fundamentalmente resolver os problemas pertinentes a esta situação desagradável que vive Ponta Grossa.

Cabe pois, ao Poder Executivo e que mantém sob a sua responsabilidade um matadouro impregnado dos maiores defeitos, num prédio velho, o varcaíco, que não guarda as mínimas condições de higiene a merecer as atenções neste sentido.

Também, deputado Djalma de Almeida César, é bom que se diga que não é pura e simplesmente fechando o matadouro público municipal e deixando a cidade à mercê provavelmente de grupos econômicos que se valerão de uma cidade de 250 mil habitantes para manter o monopólio da carne, é indispensável que as medidas sejam tomadas a custa de muita reflexão.

E eu quero crer deputado Djalma de Almeida César, que os problemas partidários, os problemas de grupos econômicos devem estar num plano inferior das atenções e do interesse que é merecedor o homem pontagrossense e a sociedade pontagrossense. E repito aqui, inclusive, deputado Djalma de Almeida César, a expressão que recentemente empreguei, com relação a síndrome da violência, com relação ao crime que cresce assustadoramente na Princesa dos Campos.

Dizia eu ao sr. governador e repito agora: "Que seja a salvação do povo a lei suprema" Então que se tomem as medidas neste sentido.

É também de se destacar, deputado Djalma de Almeida César que venho mantendo contatos permanentes com o Ministério da Agricultura, através da Delegacia Regional do Paraná, dirigida pelo senhor Roland Azaglia, e esta autoridade do plano federal tem colocado à disposição dos comerciantes, que, não gozando de condições de instalações suficientes para manterem o processo de industrialização da carne, não sejam considerados agora pura e simplesmente clandestinos, porque há dois tipos de clandestinidade: há aqueles que abatem, fora absolutamente de qualquer legislação do plano federal, estadual ou federal e há aqueles, deputado Djalma de Almeida César, que foram empurrados à condição de clandestinos, única e exclusivamente porque se passou agora, mais do que nunca, dar provimento a uma legislação federal, específica que estava guardada na gaveta e que não recebia a devida atenção por parte de autoridades responsáveis pela fiscalização do setor.

Ora, por força de denúncias e pelo trabalho magnífico da Comissão Parlamentar de Inquérito a nível de Câmara Municipal pontagrossense, essa eficácia passou a acontecer no que se refere especificamente à legislação federal, caracterizando o matadouro público como em péssimas condições, já não tem a mais possibilidade alguma de manter os serviços naturais que vem oferecendo historicamente a Ponta Grossa e, do outro lado, empurrando na "clandestinidade" no sentido figurado, comerciantes idôneos que vêm, ao longo de muitos e muitos anos, desenvolvendo esta atividade.

Então gostaria aqui de me parabenizar com vossa excelência, esperando que numa identidade dos planos municipal, estadual e federal, consigamos juntos, nós, homens públicos, contribuindo e colaborando para o restabelecimento das condições materiais mínimas de higiene, indispensáveis para recuperar muitos comerciantes desta "Princesa dos Campos", que estão sendo agora taxados como "clandestinos", mas que fique bem clara, na minha intervenção, que o que nós mais desejamos é a

pronta atenção às necessidades básicas, sem as quais a saúde do homem pontagrossense será comprometida e todos nós, indistintamente, seremos responsáveis. E o que vossa excelência faz na tarde de hoje, é uma demonstração inequívoca que nós estamos procurando, vossa excelência eu, o senhor prefeito municipal etc. espero com certeza, ver os senhores vereadores e os demais deputados estaduais e federais de Ponta Grossa, empenhados para que Ponta Grossa adquira a estabilidade e o clima necessário ao tomar conhecimento de que os problemas graves da carne na "Princesa dos Campos" estão sendo devidamente atendidos.

Muito obrigado, sr. deputado.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Agradeço o aparte de vossa excelência e tenho a certeza de que as suas palavras serão bastante válidas para nossa manifestação desta tarde.

Muito obrigado (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do tempo que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — sr. presidente, srs. deputados.

Mais uma vez vou registrar, nesta plenária, um significativo verso do poeta alemão Bertold Brecht. "Primeiro levaram os comunistas, mas a mim não importou porque eu não era comunista.

Em seguida levaram alguns operários, mas a mim não importou, porque tampouco eu era operário.

Depois detiveram alguns sindicalistas, mas não me importei, porque não sou sindicalista.

Em seguida, prenderam alguns padres, mas não como não sou religioso, tampouco me importei.

Agora, levam a mim. Mas já é tarde".

Os deputados nesta Assembléia receberam uma carta do companheiro Teófilo Bacha, recentemente demitido do Instituto de Assistência ao Menor. Ainda nesta sessão pretendo fazer o registro desta carta. (Lê).

NÓS SABEMOS QUE SOMOS PROVISÓRIOS (Bertolt Brecht)

Prezados Amigos:

Necessidades de governo determinaram um remanejamento interno na SESB, pelo qual devo assumir a Coordenação do Desenvolvimento Social, passando a direção do Instituto de Assistência ao Menor, ao amigo e companheiro, Doutor Romeu Munaretto.

Quero, neste momento, deixar patente minha sincera gratidão a todos equantos colaboraram na árdua tarefa de implantarmos neste Instituto, um direcionamento novo, coerente com a linha democrática, e participativa do governo JOSÉ RICHÁ. Agradeço, de modo especial, a todos que empenharam-se sinceramente, na mudança de mentalidade e atitude, a fim de que o menor marginalizado e empobrecido fosse tratado com o respeito e dignidade de que lhe são devidos como pessoa humana.

Sei que as pressões advindas dos setores avessos a toda mudança, cristalizados nos vícios do arbítrio, do autoritarismo e do assistencialismo, são fortes e prolongam suas raízes no próprio seio deste Instituto. Saudosos de uma prática legitimadora da exploração, gostaríamos de nos ver omisso ou silentes. No entanto, como diz Brecht, há tempos em que falar de flores é quase um crime, pois implica em silenciar sobre tantos erros. Não silenciamos. Devemos crer na História: o futuro de todos nós reclama os esforços para consolidar o trabalho autenticamente EVANGÉLICO de conversão das estruturas para o serviço e a promoção da dignidade do Homem, não podemos desanimar porque nossa caminhada é solidária de todo um povo que

busca o seu futuro.

Quero reiterar aqui minha profunda confiança a solidariedade ao projeto de governo de JOSÉ RICHÁ, legitimado pela esmagadora maioria do povo paranaense. A este projeto queremos emprestar nossa modesta colaboração, ativa e desinteressada, sem apego a cargos ou funções, mas em espírito de verdadeiro serviço. Nossa perspectiva será sempre a de servir ao governo, e não servimo-nos dele.

Finalmente, ao agradecer o apoio e a colaboração de todos quantos se sentiram solidários conosco nesta caminhada que, estamos convictos, prosseguirá, quero reiterar a convicção de que "apesar de estarmos rodeados de imperfeições, somos homens de esperança. Cremos que o amor a Cristo e a nossos irmãos será não somente a grande força libertadora da injustiça e opressão, mas a inspiração da justiça social, entendida como concepção de vida e impulso para o desenvolvimento integral de nosso povo". (Bispo da América Latina, reunidos em Medellín, 19.8.1968).

Fraternalmente.

(a) TEOFILO BACHA FILHO

Ainda mais um registro, o registro que suprime a necessidade de resposta ao discurso do deputado Ervin Bonkoski.

Pela primeira vez esta Casa teve uma platéia estranhamente qualificada, o discurso do deputado Ervin Bonkoski foi ouvido e foi aplaudido por representantes da TFP - Tradição, Família e Propriedade.

Esta platéia e esta ligação orgânica do representante da bancada independente, Ervin Bonkoski dispensa respostas às bobagens que pronunciou desta tribuna.

Com a palavra o Líder da nossa bancada o deputado Nilso Sguarezi. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — sr. presidente, srs. deputados. O Partido Democrático Social, oficialmente, pelo seu Presidente, José Sarney procurou os demais Partidos de Oposição para dialogarem a respeito de uma saída legislativa para o problema salarial brasileiro, tendo em vista de que o PMDB tem posição tomada contra o Decreto 2.045 e posição reiterada quando derrubou no Congresso Nacional o Decreto 2.024.

Queremos nesta tarde, arrazoar as razões que levaram o PMDB a se posicionar contra o 2.045, muito embora, seja de competência do Congresso Nacional a discussão e votação desta matéria, mas ela diz e respeito a todo o assalariado brasileiro e o nosso Partido pela sua seção estadual, não poderia deixar de dar uma explicação à opinião pública deste Estado das razões que o levaram a firmar posição. (Lê).

"Venho à tribuna na tarde de hoje, sr. presidente, para manifestar o repúdio da nossa bancada ao Decreto-Lei 2.045, que quer comprimir ainda mais os salários dos trabalhadores, no exato momento em que a Fundação Getúlio Vargas, admite que nos últimos 12 meses a inflação acumulada foi de 174,9 por cento.

E o que é pior, srs. deputados, é que os índices reais de inflação são ainda maiores, pois todos sabem que o governo federal manipula os dados conforme as suas conveniências.

E tanto isso é verdade, que os jornais publicaram no último dia 8, que em igual período de 12 meses, o custo de alimentação no Rio de Janeiro, subiu 203,2 por cento.

Esses números revelam o caráter anti-social do governo autoritário que aí está.

A sua única política econômica convite em penalizar

os assalariados, e de várias formas, cada vez mais perversa e odiosa:

- pelo arrocho salarial, que tem sido uma constante desde 1964;
- pelo desestímulo às atividades produtivas em favor da especulação no "open marketing", no "over night" e nas cadernetas de poupança;
- pela perda de substância da indústria nacional, também vítima da política econômica do governo central, o que resultou na criação de verdadeiros exércitos de desempregados;
- pela alta abusiva dos preços dos alimentos e outros bens de amplo consumo popular;
- pela alta desenfreada das prestações do BNH e das tarifas dos serviços públicos, como transporte, água, luz, telefone, em proporções muito superiores nos reajustes salariais;
- pela alta indiscriminada das taxas de juros que pressionam a inflação cada vez mais para cima, levando milhões de brasileiros ao desespero.

Pois bem, sr. presidente.

Passo a ler uma denúncia do deputado Eduardo Suplicy, publicada na Folha de São Paulo no último dia 9.

"O ministro Delfim Netto contratou a agência de publicidade Alcântara Machado, por 800 milhões de cruzeiros, para promover uma campanha publicitária e jornalística de convencimento da opinião pública em favor do Decreto-Lei n.º 2.045.

"Como produto desta campanha, um jornal de São Paulo, um do Rio de Janeiro e um de Brasília vêm publicando em dias subsequentes, duas páginas de matéria em favor da contenção dos aumentos salariais, de conteúdos idênticos".

Concluindo, diz o deputado Eduardo Suplicy:

"O empenho de Delfim Netto em conquistar a adesão da opinião pública às medidas de restrição ao salário é tão grande, que ele tem oferecido empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a donos de jornais, para que concentrem seus noticiários na defesa do 2.045".

A que ponto chegamos, srs. deputados.

Aí está um caso típico de malversação de recursos públicos. Na crista da maior crise econômica e social de nossa história, o Ministro do Planejamento se julga no direito de celebrar um contrato com uma agência de publicidade, no valor de CR\$ 800 milhões de cruzeiros para tentar convencer a opinião pública e os assalariados a aceitar passivamente a imposição de uma medida que pretende agravar ainda mais a situação intolerável que aí está.

Todos sabem, sr. presidente, que o regime autoritário editou o Decreto 2.045 em julho de 1983, para limitar os reajustes salariais a 80 por cento da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Esse famigerado INPC que em consequência da manipulação de dados, tem sido inferior à própria inflação admitida pelo governo Federal, que por sua vez, é infinitamente inferior à inflação real.

Já dissemos, sr. presidente que a política salarial do governo federal tem penalizado duramente as classes trabalhadoras.

Em março de 1982, segundo o Departamento Inter-Sindical de Estudos Estatísticos e Sócios Econômico s, o salário mínimo representava apenas 55 por cento do salário mínimo de 1940, em termos de poder aquisitivo real.

A lei 6.708, que entrou em vigor em novembro de 1979, instituiu a semestralidade dos reajustes semestrais e estabeleceu uma relação explícita do salário mínimo com os reajustes salariais de todos os trabalhadores.

Esta nova política salarial, que visou esvaziar o poder de barganha dos sindicatos e evitar as greves, consagrou uma prática já existe nas maiores empresas e nas regiões mais desenvolvidas, onde os salários vinham sendo reajustados duas vezes por ano.

Nos três primeiros reajustes de salário mínimo, que se seguiram lei 6.708, o governo respeitou o critério estabelecido para

os reajustes até três salários mínimos, que era o de aplicação do INPC mais 10%.

Em maio de 1981, sem maiores explicações, o salário mínimo passou a ser reajustado pelo INPC simples, sem o adicional de 10%.

Quando o governo decidiu-se pela maxidesvalorização da moeda, em fevereiro deste ano, a pretexto de estimular as exportações, resolveu que os salários não deviam subir na mesma proporção da inflação provocada pela desvalorização da moeda.

Antes disso, em 24 de janeiro de 1983, o presidente João Figueiredo assinou o Decreto-Lei n.º 2.012, determinando que até três salários mínimos a correção seria de 100% do INPC; de 95% para os trabalhadores que estão na faixa de três a sete salários mínimos, e de 50% para os que se situam entre 15 e 20 salários mínimos.

Isso significou, senhor presidente, que os trabalhadores iniciaram o ano de 1983 com achatamento ainda maior dos seus salários, recrudescimento da inflação e aumento do desemprego, que hoje afeta mais de 6 milhões de brasileiros.

Por essa época, já o governo federal havia capitulado diante do Fundo Monetário Internacional, adotando uma política recessiva, que tende a transformar o nosso parque industrial em uma grande sucata de ferro velho, ao invés de se voltar para o estímulo às atividades produtivas, com ênfase maior para a agricultura e para o aproveitamento das potencialidades do nosso mercado interno, que é o sétimo do mundo.

Diante do clamor que se seguiu ao Decreto 2.012, o governo federal prometeu liberar 250 bilhões de cruzeiros do FINSOCIAL, que seriam aplicados em nove programas de distribuição de alimentos, construção de moradias e escolas, postos de saúde e apoio aos pequenos agricultores.

Segundo o general João Baptista Figueiredo, 40 bilhões de cruzeiros do FINSOCIAL seriam destinados a um programa de fornecimento de alimentos básicos para gestantes, nutrízes e menores de 7 anos, pertencentes a famílias com renda até dois salários mínimos, e na venda, através da rede varejista das periferias, de alimentos a preços reduzidos.

Sem entrar no mérito desses programas de natureza demagógica e paternalista, o fato é que nada disso foi feito, nem sequer iniciado.

Ao contrário, a alta dos preços dos bens de amplo consumo popular, tem sido expurgada arbitrariamente, como tudo que emana do governo federal, não sendo devidamente considerada para fins de reajustes salariais.

E num curtíssimo espaço tempo, enquanto os sindicatos discutiam a legalidade do Decreto 2.012, o governo federal baixou dois novos decretos alterando a política salarial: o 2.024 e o 2.045.

O 2.024 ainda admitia reajustes equivalentes a 100% do INPC para os trabalhadores de um a sete salários mínimos, tendo sido rejeitado pelo Congresso Nacional, que assim recuperou parte das suas prerrogativas que haviam sido usurpadas pelo autoritarismo, ao mesmo tempo que se fez intérprete da consciência nacional, que há muito tempo vinha protestando contra a política salarial do governo federal.

O 2.045 limitou os reajustes a 80% do INPC, além de determinar as chamadas "desindexações" dos salários.

Por esse critério, as elevações dos preços dos bens de consumo popular, motivadas por variações climáticas, quebras de safras e outros fatores não serão consideradas para efeito de reajustes salariais.

O que significa dizer, senhor presidente, que quanto mais se submete à receita do FMI, mais o governo atenta contra a nossa soberania e se distancia das aspirações populares.

Quanto a nós, senhores deputados, estamos hoje onde sempre estivemos, na vanguarda de todas as causas populares e democráticas, em perfeita sintonia com o programa do PMDB, que diz o seguinte, senhor presidente:

“O PMDB defende o salário móvel; considera que a reposição do poder de compra do salário deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse 10%, como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores”.

A prova disso, senhor presidente, senhores deputados, foi recentemente, quando o óleo de soja sumiu dos supermercados e o governo federal, mais uma vez baixou a crista para as multinacionais, acontece que só após conceder novo aumento ao óleo de soja foi que o produto voltou aos supermercados. Vimos que toda a parafernália que o governo tem de fiscalização, de SUNAB, de controle de preços, não entrou em ação, caindo assim todo o autoritarismo que o governo tem sobre o povo, sobre as organizações populares, contra os partidos, contra os sindicatos, contra as cooperativas, enfim contra tudo que vem do povo, o governo tem autoritarismo, tem força, mas para tudo que provém do capital estrangeiro, o governo baixa a crista e se submete humildemente.

Portanto, resta ainda uma esperança, que o Congresso Nacional, que já derrubou o Decreto-Lei 2.024, repita a dose recusando-se a aprovar o 2.045, abrindo assim o caminho para a reformulação da política econômica e para o reestabelecimento do Estado de Direito nesse País. (Continua lendo):

Por isso, senhor presidente, foi que o nosso Presidente Nacional quando recebeu das mãos do Presidente do PDS, senador José Sarney, uma proposta elaborada pelo chamado “Grupo dos Onze do PDS”, o nosso Partido admitiu estudar essa proposta; e o PMDB, nos últimos três dias, têm reunido técnicos, políticos e haverá, digo, e ouvindo as lideranças nacionais, resposta formal e objetiva à proposta do PDS. Nós só lamentamos, senhor presidente, que uma discussão que se arrasta há praticamente seis meses — o 2.045 é de janeiro — e o PDS nos dê apenas um fim de semana, um prazo exíguo, um prazo reduzido, para que pudéssemos avaliar a proposta elaborada, pela primeira vez, pela classe política.

Acreditamos, senhor presidente, e senhores deputados, que é um passo à frente no encaminhamento da crise brasileira, porque pela primeira vez, nos parece, que da reação dos partidos de oposição, derrubando o Congresso Nacional o 2.024, abriu a possibilidade de recuperar o Congresso Nacional as suas prerrogativas; e o que é o principal, senhor presidente, parece ter estimulado o próprio partido do governo a criar asas e a começar vôos próprios para tentar interpretar, analisar e traduzir os sentimentos da Nação que se manifesta contrariamente a esse encaminhamento do problema econômico que o governo federal vem endereçando e impondo à Nação. Nós da oposição, vemos um passo à frente, uma conquista quando o próprio partido do governo, que sempre foi cabisbaixo, que sempre acatou com muita obediência, nós achamos que obediência até demais, mas que agora, é verdade uma minoria ainda, mas uma minoria disposta a marchar junto com a oposição para derrubar o que o autoritarismo, não aqui de dentro agora, autoritarismo lá de fora está exigindo com relação ao assalariado brasileiro: sacrifício para o assalariado e proteção para os grandes grupos capitalistas, principalmente, para os grandes grupos internacionais.

Por isso a posição do PMDB é mais clara do que

nunca: somos contra o 2.045 porque ele representa o achatamento salarial; ele é contra o que dispõe o programa do nosso partido que defende um salário móvel, no máximo uma defasagem entre a inflação e o custo real de 10%, isso é que diz o programa do PMDB. Em função desse programa foi que o partido não tinha outra solução, do que senão se posicionar contra o 2.024, contra o 2.045 que pretendem reduzir a 80% do valor de reajuste aos índices do INPC, ou seja, numericamente, formalmente, concretamente, a disposição desses decretos-leis contrariam frontalmente o que diz o programa do nosso partido. Portanto, não havia outra posição do PMDB, senão travar a sua luta em favor do assalariado, em favor do povo, contra o capital espoliador que aí está representado hoje pelo FMI.

Portanto, senhor presidente, nós continuamos nessa disposição firme, irredutível e irreversível de votar contra o 2.045. E se não for possível, se chegar a um entendimento e se isto acontecer, é pelo exíguo tempo, pelo reduzido tempo que foi dado para que os partidos pudessem dialogar e conversar.

Tenho a impressão, de que se houvesse mais tempo, haveriam os partidos políticos, porque tanto os parlamentares do PDS como do PMDB são representantes legítimos e autênticos do povo, foram alçados pelo voto popular, pelo voto direto. E este processo de escolha dos governantes faz com que os compromissos sejam assumidos. Por isso, se ficasse na espera e no poder de decisão do Congresso Nacional e tivesse ele tempo, para conversar e dialogar, tenho absoluta certeza de que haveríamos de encontrar no Congresso Nacional uma saída, que representasse os reais anseios do povo brasileiro. Mas, se esta saída não se encontrar, porque o PMDB não deseja dialogar. O PMDB tem uma posição programática e não pode contrariar o seu programa, que mais do que nunca demonstra ser correto; demonstra ser a tradução do que precisa o assalariado brasileiro.

O nosso programa diz que o salário será móvel, reajustado toda vez que a inflação comer o poder aquisitivo da massa trabalhadora. Por isso é que o PMDB não pode acatar a disposição do 2.045 que reduz a 80% ou seja, dá uma defasagem de 20% do próprio índice nacional dos preços ao consumidor. E nós sempre contestamos e sabemos, como dissemos aqui, de que o governo federal manipula os dados da inflação. Nós temos hoje, nominalmente uma inflação na ordem de, até nem mais sei se é de 130 ou 140%. Mas o real nós sabemos: esta inflação ultrapassou os 150%.

Então, senhores deputados, não é intransigência, não é radicalismo, não é querer colaborar com o governo federal, é uma questão de que nós não podemos abrir mão porque isto significa dizer o seguinte: que queremos encontrar uma saída para a crise brasileira, exigindo sacrifícios do assalariado, quando o próprio partido do governo, em algumas das saídas apresentadas, já começa a pensar em propostas que a Oposição apresentou anteriormente, como tributar os ganhos de capital e diminuir a faixa especulativa do capital.

E por isto senhor presidente, a nossa posição do PMDB é a posição de respeito ao seu programa. Programa debatido, um programa aprovado em convenção livre e democrática, que procura traduzir os reais interesses e anseios da população.

O SR. SÉRGIO SPADA — Concede-me um aparte, nobre líder? (Assentimento).

Nós vimos que o governo ultimamente, desesperadamente procurou as oposições, inclusive o partido oficial. Criou a

"Comissão dos Onze", notáveis do PDS para reavaliar o Decreto 2.045. E esta Comissão realmente fez uma análise. Mas, hoje está sendo contestado inclusive pelos elementos do próprio PDS, que aliás dizem o seguinte: é impossível negociar em cima desta proposta da "Comissão dos Onze", porque o essencial, o fundamental não foi atacado por esta Comissão. A imposição do FMI perdura, prevalece mesmo com essas novas propostas da "Comissão dos Onze". Portanto, com uma resposta não meramente analisada sobre o ângulo econômico, mas como uma resposta política, o próprio PDS acredita que o PMDB também não deve acatar essa proposta, porque nós temos que dar ao mundo e ao FMI, e sobretudo à população, à Nação brasileira, uma resposta política a esta imposição do FMI, que está de fato e de direito, ingerindo e determinando as regras econômicas para o nosso País.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento, e é essa realmente a posição do PMDB aqui no Paraná e no Brasil.

Muito obrigado, nobre líder.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de vossa excelência, e para concluir, senhor presidente, seja qual o resultado que venha ocorrer nesta semana no Congresso Nacional, quando a nossa Casa de Lei Maior deverá votar o 2.045, seja ele rejeitado pela maioria da oposição, que sai, queira Deus, com o auxílio de representantes do PDS, para que sacudam este Partido, para que ele saia do sono de letargia e da obediência costumeira que tem tido ao Executivo.

Pode ser, que venha a ser aprovado até o 2.045 por decurso de prazo, por este expediente arbitrário e autoritário, que o governo tem usado. Mas, seja lá o que acontecer, o certo é que a posição do PMDB, é uma posição amadurecida, experimentada no prazo da nossa atuação, na experiência que temos tido de oposição e que, a cada dia mais se comprova, é a única saída para resolvermos a crise do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à liderança do PDS, se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por 10 minutos, falará o senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com a palavra o senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, voltando, novamente àquela conversinha nossa do Pequeno Expediente, teríamos mais elementos para que a oposição que pregava a democracia participativa, soubesse do que está acontecendo no Paraná, e, principalmente, na minha região.

Há dias, senhor presidente e senhores deputados, tivemos, aqui, denunciando ou não denunciando, estivemos levando ao conhecimento do povo as exonerações arbitrárias, com justa causa ou sem justa causa, porque a causa é a política, e dizia eu sempre que "manda quem pode e obedece quem precisa". Mas, quem precisa tem o direito de esperar, como dizia o provérbio latino.

Então, queria trazer, também, ao conhecimento da Casa, dos senhores deputados, da imprensa do Paraná, e, principalmente, dos responsáveis pelo governo José Richa, mais exonerações, demissões de funcionários C.L.T. do

Estado: em Carlópolis, Sérgio Dias de Medeiros, funcionário da CLT, da Secretaria da Segurança, que estava no Posto de Identificação naquela cidade; Odete Valim de Oliveira, da Secretaria da Saúde; Ariovaldo Rudizete Miranda, da CLT da Secretaria da Saúde, do Posto de Saúde, em Carlópolis; de Ribeirão do Pinhal, já falamos, sobre Dona Iracema, sr. Roque Valdemir Brazão, do posto, também, de identificação daquela cidade.

Pasmem, srs! Esses elementos foram nomeados pelo então governador Jayme Canet, amigo nosso, companheiro, que admiramos e temos esta pessoa como um dos melhores governadores do Paraná. E, agora, vejam a aberração do seu companheiro, governador José Richa, homem que foi ajudado por Canet, a exonerar seus companheiros, a demití-los sumariamente.

E é neste momento que, sem misturar "alhos-com-bugalhos", eu queria estar de acordo com gênero, número e grau, com o deputado Alencar Furtado, quando ele diz que a sanha dos que estão no Poder, não medem consequência em fazer uma triagem absurda, a exonerar elementos que trabalham, elementos que ganham salário-mínimo, e quando o governador dentro das suas limitações vai a Foz do Iguaçu combater o desemprego, será que este povo, mais de 30 elementos da minha região, também não pertence à classe brasileira, também não é filho de Deus, também sumariamente, sem passar pelo crivo de uma CPI, ou da Corrupção, como chama o governo José Richa, sumariamente demitidos, sem inquérito administrativo onde o funcionário tem uma carta que diz que é um funcionário exemplar, há mais de 10 anos, uma carta do próprio chefe do Posto de Saúde. Vejam bem, há de haver senhor presidente e senhores deputados, alguém solapando este governo, porque não temos culpa se há fissura no governo de José Richa, Isto não é problema nosso, porque sempre as nossas roupas sujas quando éramos governo, nós lavávamos em casa. O que não é possível, senhor presidente, senhores deputados e imprensa do meu Paraná, esses humildes funcionários pagarem muitas vezes, por nós que aqui estamos na Assembléia, pela sanha dos Secretários de querer usar e abusar do poder, para, sumariamente, demitir um funcionário, só porque se calou na campanha e não fez campanha, o governo José Richa, ou então, para acomodar talvez companheiros que necessitassem daquele emprego, mas a nossa tecla era diferente, nós não exoneramos adversário. Ou amoral, ou imoral, arranjávamos emprego para os nossos companheiros e tudo o que foi dito nas campanhas, nós procuramos cumprir à risca, sem tripudiar, senhores deputados, sobre os humildes.

Quantos e quantos funcionários humildes que ganhavam salário-mínimo, a ilustre bancada do PMDB eu quero dizer, que não têm dinheiro para comprar leite, porque foram sumariamente exonerados pela sanha de seus adversários políticos. Isto é uma aberração.

Quem semeia vento, senhor presidente, quem semeia vento, senhores deputados, há de colher tempestade. Há de colher tempestade e a tempestade há de desabar no governo José Richa, muito maior do que desabou no governo do PDS. Há de desabar, senhor presidente, porque passamos por aqui, senhor presidente, há 15 anos, 4 mandatos consecutivos, e nunca tivemos o dissabor de preparar uma exoneração, uma exoneração por vingança política. É uma barbaridade. Poderia me calar e ficar acomodado, mas covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta e nós do PDS, jamais haveremos de levar desta Assembléia, a pecha de "covarde" dizendo ao povo que a resposta há de vir na próxima eleição, a resposta há de vir, porque a vontade do povo e a voz de Deus, tardam mas não falham.

Tiram sumariamente, exoneram sem discriminação. Lamen-

tamos mas é um argumento político com o qual estão cavando a sepultura do governo do PMDB.

Sem necessidade, sumariamente, só pelo crime, senhor presidente, senhores deputados, de apesar de, ser brasileiro, paranaense e trabalhador, teve o crime de ser fiel ao seu governo. Então vamos botar os infiéis, porque os traidores hão de ter a glória efêmera, porque na vida tudo é efêmero, mas menos a perseguição política. Se não viéssemos aqui, com o risco de nosso próprio mandato, a desafiar os algozes de nossos companheiros, então não mereceríamos uma cadeira, por mais humilde que fosse, porque é uma barbaridade, senhor presidente, é uma barbaridade, senhores deputados, o governo que ao invés de procurar melhorar a estrutura viária, procurar tapar os buracos do asfalto com Jayme Canet, só fica perseguindo, perseguindo e perseguindo. Até quando eu pergunto — sr. presidente, até quando, líder da minha bancada, até quando meus companheiros de bancada e até quando ilustres membros da bancada do PMDB — até quando vai isto?

Será que eles esqueceram da Polônia? Será que Lech Walesa não está lá hoje, recebendo um título nobre apesar dos protestos do governo comunista polonês? Será que o governador José Richa não tem o tato de ver e dizer a seus secretários que cessem as perseguições, cessem pelo amor de Deus! Persigam-nos, abram inquérito contra nós, contra deputados e contra pessoas de uma projeção mais ou menos razoável, mas não persigam, srs. não persigam, meu líder, homens, mulheres que hoje não têm pão sequer para comer. Por culpa, talvez, não digo de deputados, talvez homens que ganham como nós, que temos leite, temos pão, temos mordomia.

E aquelas criancinhas, ilustre bancada do PMDB, de 20 famílias que foram exoneradas — como hão de comer? Será que em suas orações, sr. presidente, será que olhando para aquele Cristo que nos protege e nos orienta, essas criancinhas com seus pais exonerados sumariamente, será que não comem, não bebem? Será que vivem de vento? Onde está a democracia participativa?

E, haveremos de vir aqui, sr. presidente, com a voz consonante com a nossa bancada, para dizer a verdade das barbaridades que têm sido feitas no interior do Paraná, ao invés do governo José Richa, não temos nada de pessoal, ao invés de os companheiros ajudá-lo e fazer a infra-estrutura do Paraná, a inaugurar postos de saúde, a tapar os buracos do asfalto que Canet deixou, só exoneram, exoneram...

Sr. presidente, vou passar às mãos de meu líder, este documento para que seja mostrado ao presidente Figueiredo, no dia 20, lá em Foz do Iguaçu e, cada adversário nosso, nós haveremos de dar o perdão, e cada companheiro nosso que for tripudiado, que for exonerado, haveremos de dar a esperança de dias melhores. Já se passara um ano e assim passam os tempos — mais um ano, mais três e haveremos de fazer justiça.

E, saibam os companheiros de Ribeirão do Pinhal, que nós temos nas mãos um grande companheiro que hoje faz parte do PMDB e é funcionário do governo federal. Mas nós não vamos repetir o erro, vamos conservá-lo, vamos conservá-lo porque é uma questão de justiça, — é uma questão de coerência. Para quando seus filhos tiverem necessitando do consolo e do pão de cada dia, eles não julguem os deputados do PDS.

Estão de “parabéns” os deputados do PMDB, pela barbaridade que estão fazendo com o Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com a palavra, no horário restante da liderança do PDS, ao deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

Recebo a solicitação do deputado Gabriel Manoel e farei o encaminhamento deste documento, que é mais uma das provas inconteste da mais odienta perseguição política que se tem notícia na história do Paraná e sua excelência, o sr. presidente da República, dizendo ao presidente da “abertura”, que no Paraná adversário político do atual governo é mandado embora sem quaisquer respeito, humano, político ou administrativo com relação ao passado daqueles que são exonerados.

O deputado Gabriel Manoel traz a notícia de mais uma rescisão de contrato de uma servidora dedicada, agente de saúde “A”, em razão da qualificação pessoal, a dona Iracema de Andrade Ferreira. E sobre ela depõe o médico-chefe do Centro de Saúde, dizendo que declara a quem interessar possa, que a sra. Iracema de Andrade Ferreira, funcionária do Centro de Saúde de Ribeirão do Pinhal, tem sido exemplar no desempenho de suas funções, das quais pode destacar entre outras o serviço de imunização em geral, serviço de fichário, secretaria e triagem médica sempre as exercendo a contento, com dedicação e zelo no período de maio de 77, portanto funcionária contratada pelo atual correligionário do sr. José Richa, Jayme Canet Júnior a setembro de 83, tendo inclusive informações de que a aludida funcionária exerceu igualmente as suas funções no período anterior, não tendo conhecimento de qualquer ato que possa desabonar sua conduta de funcionária honesta, exemplar, correta, de grande iniciativa pois a mesma nunca deu margem à crítica por parte de seus superiores.

Esta é a prova da discriminação, sr. presidente, srs. deputados e estas provas lamentavelmente se repetem pelo Oeste, Sudoeste, Norte, Litoral, Centro do Paraná, com o secretário da Saúde, aquele secretário que não sabe nem a data das imunizações e das vacinações; o secretário do sr. Teófilo Bacha Filho — o secretário da sua esposa dona Regina que se preocupa muito em que se realize compra de serviços na Fundação Caetano Munhoz da Rocha Neto sem licitação pública, que é exemplar no seu ódio e na sua perseguição a dedicados funcionários públicos estaduais.

Tenha a certeza, deputado Gabriel Manoel, de que o povo do Paraná está notando atos como este e saberá daqui há três anos dar a devida resposta aos atuais ocupantes e eventuais ocupantes do Poder. Mas desejo, sr. presidente, senhores deputados, fazer uma análise da Mensagem nº 106/83 do governo do Estado. (Lê):

“O governo do Estado do Paraná enviou mensagem a esta Assembléia, que recebeu o número 106/83, objetivando obter autorização para limite de contratação de empréstimo interno pela administração direta e indireta do Estado, até o valor equivalente a um milhão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, equivalentes nesta data a Cr\$ 5.385.840.000,00 e prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da administração indireta do Estado, até o valor de dois milhões de ORTNs equivalentes nesta data a Cr\$ 10.771.680.000,00.

Segundo a mensagem do governador José Richa, esses recursos, no montante de Cr\$ 16.157.520.000,00 serão destinados para aplicação em obras públicas de infra-estrutura, Justiça, Segurança Pública, Saúde, e Educação constantes nos Orçamentos anuais e plurianuais do Estado, e serão obtidos junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

De antemão, a bancada do PDS, coerente com a sua atuação de lutar, como sempre tem lutado, para que o Estado consiga obter recursos para investimentos de alcance social e

outros que possam ajudar a impulsionar o progresso paranaense, votará favoravelmente à solicitação governamental. Todavia, cabe registrar, nesta oportunidade, que assim procedendo os deputados do PDS renovam a sua identificação com os desejos e aspirações do povo paranaense, ao contrário do procedimento anterior do então senador José Richa que, no Senado da República, se omitiu quando naquela augusta assembléia se discutia um pleito paranaense com o objetivo de autorização para obtenção de empréstimo externo destinado a implementar um programa especial no campo da segurança pública do Estado. A atuação dos então senadores do PMDB do Paraná, o omissor José Richa, o acidente eleitoral e Leite Chaves, mais o "biônico" Affonso Camargo Neto, participando da obstrução contra interesses paranaenses, que visavam aperfeiçoar a ampliar a segurança pública do nosso povo, impediu a implementação desse programa de grande significação social e que, por não ter sido possível realizar naquela oportunidade, acabou, como consequência dessa ação negativa daqueles três senadores, redundando nas precárias condições de segurança vividas hoje pelo povo paranaense, dominado pela falta de recursos materiais nas Polícias Civil e Militar e submetido e uma generalizada onda de violência de parte de criminosos e delinquentes, atuando em todas as regiões do território paranaense.

Devemos também registrar a atuação anterior dos deputados do PMDB nesta Assembléia que votavam sistematicamente contra quaisquer solicitações do Executivo para obter recursos externos para investimentos na administração estadual e em programas que beneficiavam o desenvolvimento do Estado e avanços sociais da sua população, como ocorreu com as solicitações relacionadas com o programa de construção de rodovias e de amparo às populações rurais, dentre outros, que receberam o voto contrário dos deputados do PMDB.

Agora que o governador José Richa — o governo do PMDB — vem a esta Casa solicitar apoio à sua mensagem sobre o empréstimo no total de 16 bilhões, 157 milhões e 520 mil cruzeiros, encontra a colaboração do PDS que não se amesquinha neste episódio como se amesquinharam ontem os homens do PMDB, inclusive o atual governador votando contra interesse do Paraná e do seu povo. É preciso que os eleitores paranaenses tenham reavivado em suas memórias esse deplorável procedimento dos então senadores e deputados estaduais do PMDB que ontem, como hoje, criticavam e criticam os empréstimos externos e internos, mas a eles recorrem quando estão no governo, o que demonstra a grande incoerência — (ou será uma prática demagógica que satisfaz políticos inescrupulosos?) — entre o que eles chamam o programa de partido e as suas ações administrativas.

É bom que se pergunte: que autoridade moral têm o governador José Richa e os seus partidários do PMDB para criticar dívida externa ou dívida interna, quando esse governador e o seu partido estão, nesta oportunidade, aumentando a dívida interna do povo paranaense em Cr\$ 16.157.520.000,00?

Que tamanha desfaçatez do PMDB. Que hipocrisia na atuação do governador e dos seus partidários. Por isso, é que o povo paranaense já se prepara para dar nas próximas urnas a resposta adequada a esses oportunistas políticos, pois quem elegeu, já se arrependeu!

Outro aspecto a considerar na Mensagem do Executivo é que o anteprojeto de lei que a acompanhada estabelece que os recursos a serem obtidos junto à Caixa Econômica Federal serão destinados a dar suporte a programas de Segurança Pública, Justiça, Saúde,

Educação e obras de infra-estrutura, constantes nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado, que se encontram em discussão nesta Casa.

Todavia, senhor presidente e nobres senhores deputados, esses orçamentos estão sendo objeto de emendas dos deputados do PDS porque não discriminam a exata destinação de recursos, ficando, como tudo na atuação José Richa — no governo do PMDB —, nas generalidades que caracterizam a atuação do governador e do seu preguiçoso e pavoroso secretariado.

Assim sendo, para aprovação da Mensagem 106/83 é necessário que o Executivo informe a esta Assembléia sobre em que consistem os programas Segurança Pública, Justiça, Saúde, Educação e obras de infra-estrutura para que o povo paranaense, por intermédio dos seus mandatários no Legislativo, saiba em que o governo vai aplicar Cr\$ 16.157.520.000,00

É imperativa essa ação paralela explicativa, pois o Plano de Ação 1983/86, em sua versão preliminar que o secretário chefe da Casa Civil, sr. Otto Bracarense Costa, encaminhou aos senhores deputados informando que será submetido oportunamente à aprovação da Assembléia Legislativa do Estado, em caráter oficial, não foi aprovado por esta Casa, mas o governador do Estado já pleiteia recursos para programas que não foram discutidos, analisados, detalhados e considerados exequíveis.

Esse Plano de Ação, como se sabe, só tem servido para que o governador, seu secretariado e os partidários do PMDB façam proselitismo político, engodando as populações do interior em repetidas concentrações de desastrosa "democracia participativa", que não estão conduzindo a nada, a não ser para que o secretário do Planejamento, em particular, possa dar vazão ao seu vocabulário de empolgação pomposamente oca — como é do do vezo do Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, que adotou essa estratégia para esconder, mediante prolongadas, sempre prorrogadas e infundáveis discussões, a incapacidade do atual governo e do seu secretariado de empreender um eficiente e eficaz plano de trabalho, que já deveria estar sendo executado por esse governo escolhido há quase um ano e que não pode apresentar ao povo paranaense alguma importante realização administrativa, afora o seu imobilismo, a sua inércia administrativa, que estão a comprometer o futuro do desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Como o governo José Richa — o governo do PMDB — não trabalha e não realiza, cabe aos vários segmentos da sociedade, em especial aos representantes do povo nesta Casa, uma atuação paralela para que alcancemos no Paraná desenvolvimento e progresso.

Era esta a posição da bancada do PDS, com relação ao empréstimo de dezesseis bilhões de cruzeiros do governo José Richa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Anibal Khury com apoio dos srs. deputados Roberto Requião e Erondy Silvério, constante do expediente.

Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para as Proposições nºs 62/83, 69/83, 94/83 e do projeto de Lei nº 159/83, todos constantes da Ordem do Dia, marcada para hoje. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

1ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 62/83, de autoria do deputado ROBERTO REQUIÃO, que acresce o parágrafo único, com redação que especifica, ao art. 123, da Constituição Estadual. (Direitos e Garantias Individuais). Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 62/83

Artigo único — O art. 123 da Constituição Estadual fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 123 —

Parágrafo único — Para o exercício da defesa dos direitos e garantias individuais, cuja inviolabilidade é assegurada neste artigo, os órgãos públicos deverão fornecer, a pedido do interessado, todas as informações de caráter pessoal existentes a seu respeito nos arquivos dos órgãos governamentais”.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoio:

Antônio Anibelli, Nelson Vasconcellos, Werner Wanderer, Osvaldo Alencar Furtado, Sabino Campos, Amélia Hruschka, Jorge Maia Filho, Rubens Bueno, Adhail Sprenger Passos, Edmar Luiz Costa, Djalma de Almeida Cesar, Ivan Gubert, Caíto Quintana, Nilso Sguarezi, Nestor Baptista, Francisco Escorsin, Fiori Luiz, Eduardo Baggio, Edgar Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente emenda, dentro do contexto de abertura democrática, como medida que irá garantir aos indivíduos acesso as informações que existam sobre suas pessoas em qualquer arquivo público. A informação é pressuposto do processo democrático e da segurança do cidadão, mormente o acesso às informações que existam sobre a sua pessoa. Arquivos alimentados por despreparados agentes do Estado tem estigmatizado pessoas ao longo de suas vidas. Esta emenda constitucional deverá, na continuidade, ser regulamentada por lei complementar. Nada deve ser mais transparente do que o organismo do Estado.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

Parecer à Proposição nº 62/83

SÚMULA: Proposta de Emenda Constitucional de autoria do senhor deputado Roberto Requião, acresce o parágrafo único, com redação que especifica, o artigo 123, da Constituição Estadual. (Direitos e Garantias Individuais).

1 — ASPECTOS TÉCNICOS: a) a presente proposição atende aos alcances jurídicos do nosso Direito Constitucional;

b) situa-se na esfera legisferante deste Poder Legislativo Estadual;

c) cumpre a vocação histórica do povo brasileiro em favor dos Direitos Humanos, e inspira-se no “processo de abertura democrática” instaurado pelos comandos revolucionários instalados no governo da República, que busca a DEMOCRATIZAÇÃO do País, e conseqüentemente, o revigoramento da SOBERANIA CONSTITUCIONAL;

2. CONSIDERAÇÕES CULTURAIS:

a) em que pese a necessidade de o Estado conhecer os seus indivíduos para sobre eles programar os interesses de segurança pública, a unilateralidade desse controle, pelo Estado, gera a IDOLATRIA DA SEGURANÇA que não só é pernicioso ao ideal de LIBERDADE e de RESPEITO HUMANO, como leva o próprio poder de governo a inconseqüentes fanatismos ideológicos;

b) tivemos uma amarga experiência no período em que a exceção revolucionária se impôs ao seu grau máximo de autoritarismo, que é suficiente na prática de governo, para legitimar as inspirações aperfeiçoadoras das nossas estruturas constitucionais no sentido da GARANTIA PLENA dos direitos fundamentais de todo o cidadão de poder questionar sobre as anotações que o Estado por ventura tenha procedido acerca de sua conduta.

Por estas considerações, a as mais que as luzes do agosto Poder Legislativo do Paraná por certo acrescentarão no curso da presente proposição. É POIS, FAVORÁVEL O NOSSO PARECER.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Relator

1ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 69/83, de autoria do deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que assegura o direito a todos de um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade. — Aprovado, por unanimidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PROPOSIÇÃO Nº 69/83

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único: Para assegurar o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares:

I — Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

II — Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio;

III — Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida;

IV — Promover o estudo das ciências naturais.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoio:

Sabino Campos, Gabriel Sampaio, Osvaldo Alencar Furtado, Rubens Bueno, Tuguio Setogutte, Anibal Khury, Ironi Pugliesi, Paulo Furiatti, Tadeu Lúcio Machado, Sérgio

Spada, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Erondy Silvério, Artagão Mattos Leão, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Edgar Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

A política de defesa do ambiente de qualquer Estado, cujos poderes públicos trabalham pelo progresso da sociedade que servem, não se compadece com a grave omissão do ordenamento constitucional, sobre a tutela do ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nos limites da competência do Estado, cumpre formular princípios sob a forma de imposição de deveres aos órgãos estaduais, no sentido de obrigá-los a desenvolver medidas de defesa do meio ambiente, evitando sua degradação.

O objetivo é antes e apenas de dotar o Estado de eficiente ação política que proporcione adequada proteção ao ambiente.

Assim, a presente Proposta transforma-se em oportunidade oferecida à Assembléia Legislativa de sanar uma grave lacuna no ordenamento constitucional, daí porque é de esperar a sua aprovação.

Outrossim, importante ressaltar a participação na elaboração dessa proposta à Emenda da Constituição Estadual do prof. João José Bigarella, presidente da ADEA/Nacional bem como da ABPPOLAR/PR.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Parecer com Emenda à Proposição n.º 69/83

I — A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do nobre deputado Adhail Sprenger Passos, e devidamente apoiada pelos demais parlamentares que a subscrevem, visa dotar o Estado de eficiente ação política que proporcione adequada proteção de ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.

II — Desnecessária qualquer argumentação no sentido de aumentar o aspecto altamente meritório que a medida traz em seu bojo, nos fazendo crer com certeza que ela virá de encontro aos anseios da coletividade paranaense.

III — Quanto a redação da emenda proposta, nos parece que a mesma não obedece a melhor técnica legislativa, por isso, nossa sugestão é de que lhe seja dada a seguinte redação:

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único — O artigo 127 da Constituição Estadual é acrescido do item XI e alíneas a), b), c) e d), com a seguinte redação:

Art. 127 —

XI — assegurar o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares.

a) prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

b) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio;

c) promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida;

d) promover o estudo das ciências naturais.

Nestas condições, e acolhida nossa sugestão, somos totalmente favoráveis a aprovação da proposta de emenda constitucional apresentada.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

1ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 94/83, de autoria do deputado TRAJANO BASTOS, que acresce parágrafo único, com redação que especifica, ao art. 38 da Constituição do Estado. (Dotações Orçamentárias do Poder Legislativo). Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade. — Aprovado, por unanimidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 94/83

Artigo único — O artigo 38, da Constituição do Estado passa a ter a redação seguinte, acrescido de parágrafo único.

“Art. 38 — O numerário correspondente às dotações orçamentárias dos Tribunais Estaduais será entregue no início de cada trimestre em quotas estabelecidas na programação financeira da Fazenda Estadual, com participação percentual nunca inferior à estabelecida pelo Poder Executivo para os seus próprios órgãos.

Parágrafo único — O numerário correspondente às dotações orçamentárias do Poder Legislativo será entregue no início de cada trimestre e seu orçamento corresponderá à importância nunca inferior a 3% (três por cento) da receita orçamentária geral, considerando-se como receita orçamentária os recursos próprios do Estado, bem como sua participação nas transferências da União.”

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

Apoioamento:

Sérgio Spada, Edmar Luiz Costa, Gabriel Maonel, Odeni Mongruel, Donato Gulin, Irondi Pugliesi, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Antônio Anibelli, Gernote Kirinus, Luiz Alberto Oliveira, Gilberto Carvalho, Francisco Escorsin, Djalma de Almeida Ceasr, Adhail Sprenger Passos, Tadeu Lúcio Machado, Ivan Gubert, Rubens Bueno, Paulo Furiatti, Sabino Campos, Roberto Requião, Ezequias Losso, Nelson Vasconcellos, Fiori Luiz, Homero Oguido, Augusto Carneiro, Osvaldo Alencar Furtado, Mário Pereira, Eduardo Baggio, Amélia Hruschka, José Antonio Fonseca, Tadeu França, Anibal Khury, Artagão Mattos Leão, Werner Wanderer, Erondy Silvério, Nelson Buffara, Tércio Albuquerque, Jorge Maia, Filho, Edgar Pimentel, Iguio Setogutte, Ferrari Júnior, Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração constitucional visa garantir a base financeira para a real e efetiva independência política e institucional do Poder Legislativo.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Parecer à Proposição n.º 94/83

A presente proposição, apresentada na forma legal, objetiva alterar o artigo 38 e os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 90 da Constituição do Estado.

Justifica-se a presente medida na necessidade de se garantir aos Poderes Legislativo e Judiciário, suporte financeiro suficiente para o restabelecimento de sua efetiva independência política e institucional.

Com a alteração dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 90 do mencionado diploma legal, tais dispositivos passam a disciplinar de forma mais criteriosa e eficiente os pagamentos dos débitos das entidades de direito público.

No que concerne aos aspectos constitucional e regimental, o processado ora em análise, não merece reparos, por revestir-se dos requisitos e formalidades preceituados pela

legislação em vigor.

Em tais circunstâncias, estando o processo imune de vícios e omissões, somos de opinião favorável à sua aprovação, na forma da emenda substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente
GILBERTO CARVALHO - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA À PROPOSIÇÃO Nº 94/83

O Art. 38 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 38 — O numerário correspondente às dotações dos Poderes: Legislativo e Judiciário será, respectivamente de 3% (três por cento) e 6,5% (seis e meio por cento) da receita orçamentária geral, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, e a liberação dar-se-á em duodécimos, que serão depositados até o décimo quinto dia do mês correspondente em estabelecimento financeiro do Estado."

Os parágrafos 1.º e 2.º do Art. 90, passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º — A verba necessária ao pagamento dos débitos das entidades de direito público constantes de precatórios judiciais, apresentados até o dia primeiro de julho, correrá por conta de consignação específica do orçamento do Poder Judiciário.

§ 2.º — As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados em rubrica própria, sendo liberadas pelo Tesouro do Estado mediante proposta do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) Trajano Bastos, Caíto Quintana, Eduardo Baggio, Nelson Vasconcellos, Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Losso, José Antônio Fonseca, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Erondy Silvério, Tuguio Setogutte, Augusto Carneiro, Paulo Furiatti, Anibal Khury, Jorge Maia Filho, Márcio Almeida, Gabriel Sampaio, Artágão Mattos Leão, Rubens Bueno, Adhail Sprenger Passos, Francisco Escorsin, Leônidas Chaves, Gabriel Manoel, Nestor Baptista, Fiori Luiz, Basílio Zanusso.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 159/83, de autoria do COMISSÃO EXECUTIVA E OUTROS, que cria no quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, 61 (sessenta e um) cargos em Comissão, símbolo DAS-5 (Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CRH, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 159/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, 61 (sessenta e um) cargos de provimento em Comissão, símbolo DAS-5.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Apoioamento:

Mário Pereira, Ferrari Júnior, Acir Mezzadri, Donato Gulin, Fuad Nacli, Irondi Pugliesi, Dirceu Manfrinato, Tuguio Setogutte, Mário Almeida, Adhail Sprenger Passos,

Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Paulo Furiatti, Artágão Mattos Leão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Antonio Anibelli, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Anibal Khury, Augusto Carneiro, Osvaldo Alencar Frutado, Luiz Gabriel Sampaio, Odeni Mongruel, Sabino Campos, Quielse Crisóstomo, José Antonio Fonseca, Tércio Albuquerque, Roberto Requião, Tadeu França, Airton Cordeiro, Edmar Luiz Costa, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Homero Oguido, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em pauta tem como escopo adequar o Quadro de Pessoal da Assembléia à nova realidade do Poder Legislativo, na reconquista do lugar de direito que lhe cabe no seio da comunidade.

Tratando-se da criação de cargos a serem preenchidos, em comissão, por assessores de mais alta capacidade, tem-se como principal objetivo a criação de um corpo técnico apto a proporcionar aos senhores deputados a infra-estrutura tão necessária para o fiel cumprimento do mandato que o povo lhes confiou.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 159/83

SÚMULA: Cria no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa cargos de provimento em comissão.

O Projeto de Lei nº 159/83, de iniciativa da Comissão Executiva, que recebeu apoio praticamente unânime dos membros desta Assembléia Legislativa, tem como objetivo a criação de sessenta e um cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, que se integrarão no Quadro de Pessoal deste Poder.

A iniciativa está respaldada no disposto no inciso XIV do artigo 22, da Constituição Estadual, que diz:

"Art. 22 — Além do disposto no artigo 16, compete exclusivamente à Assembléia Legislativa:

.....
.....
.....

XIV — propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos".

Nestas condições, havendo respaldo legal e se constituindo em matéria que atende aos mais altos interesses desta Casa, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 159/83

De autoria da Comissão Executiva e subscrito por diversos senhores deputados, o Projeto de Lei nº 159/83, tem por finalidade criar no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, 61 (sessenta e um) cargos em Comissão, símbolo DAS-5.

Sobre a matéria houve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando sobre o aspecto constitucional da matéria.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada opinar esta Comissão, temos que o presente plano de lei encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de
Resolução n.º 159/83

O presente Projeto de Resolução de iniciativa da douta Comissão Executiva, com apoio da maioria dos senhores deputados, tem por objetivo a criação de sessenta e um cargos de provimento em Comissão, símbolo DAS-5 que se integrarão no Quadro de Pessoal deste Poder.

Sobre o projeto, já se manifestaram favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças opinando favoravelmente pela sua Aprovação.

Quanto ao mérito, a que é chamada opinar esta Comissão de Recursos Humanos, temos que o projeto em tela, vem ao encontro de interesses deste Poder Legislativo, de vez que pretende criar um corpo técnico de assessoramento do mais alto nível, proporcionando aos senhores deputados a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento de seus mandatos.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente;

NELSON VASCONCELLOS - Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 105/82, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar ao município de Itambé, área de terreno, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 105/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Itambé, o lote de terra sob o n.º 45/44, parte do lote n.º 44, da Gleba do Ribeirão Ijuhy, com área de 2.700,00 m², situado na Vila Persona, na sede do município de Itambé, transcrição n.º 1.598 — Livro 3—D, da Circunscrição de Marialva, com as divisas seguintes:

— Confronta-se com uma estrada ao S.E. numa frente de 45,00 metros; com os lotes n.º 46/44 e 47/44 ao N.O. na largura de 45,00 metros e, finalmente, com área remanescente do lote n.º 44 ao N.E. numa extensão de 60,00 metros.

Parágrafo único. O imóvel de que trata este artigo destina-se à construção do Asilo São Vicente de Paulo, e fica gravado com a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 48/83, que autoriza o PODER EXECUTIVO a doar veículos às prefeituras municipais, conforme especifica. — **Aprovado.** D.A. n.º 47.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 67/83, que autoriza o PODER EXECUTIVO a criar uma Circunscrição do Serviço de Trânsito — CIRETRAN, na sede do município de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli. — **Em discussão.** Publicado D.A. n.º 67.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para encaminhar) — Senhor presidente, o Projeto de Lei n.º 67/83, trata-se da criação

da Circunscrição do Trânsito do CIRETRAN na cidade do município de São João do Ivaí.

Não poderia, como representante também daquele município, onde recebi mais de dois mil votos, votar contrário a um projeto de lei dessa natureza, mas quero deixar registrado aqui uma preocupação.

Quando fiz a denúncia da CIRETRAN, de Barbosa Ferraz, numa declaração do Chefe da CIRETRAN daquela localidade, envolvendo inclusive o Diretor do DETRAN, dizendo que fazia as Carteiras de Habilitação fora da sua jurisdição para ter um movimento compatível e possibilitar a movimentação daquela CIRETRAN, porque o movimento era muito pequeno.

E nesta proposta agora, o nobre deputado Artagão Mattos Leão pede a criação da CIRETRAN de São João do Ivaí, com jurisdição sobre o município de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli.

É o seguinte: Fênix está sendo desmembrado do município de Barbosa Ferraz, portanto diminuindo ainda a Circunscrição de Barbosa Ferraz, queria deixar registrado o meu apoio à criação da CIRETRAN de São João do Ivaí, mas sem prejuízo, no dia de amanhã, que possa vir qualquer alegação pelo senhor diretor do DETRAN, da extinção da CIRETRAN de Barbosa Ferraz, mas voto com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em discussão.

— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 100/83, que denomina "GOVERNADOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA", o edifício sede da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL. — **Aprovado.** D.A. n.º 79/83.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 105/83, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES — U.P.E.", com sede nesta Capital. — **Aprovado.** D.A. n.º 81/83.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 106/83, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — A.P.M.I.", com sede e foro no município de Santa Fé. — **Aprovado.** D.A. n.º 81/83.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 115/83, que declara de Utilidade Pública a "LIGA PLATINENSE DE FUTEBOL", com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina. — **Aprovado.** D.A. n.º 85/83.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/83, de autoria do deputado Airton Cordeiro, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a "Dom Pedro Antonio Marchetti Fedalto". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/83, de autoria do deputado Trajano Bastos, que declara de Utilidade Pública o "Programa de Voluntariado Paranaense — PROVOPAR — Ação Social", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 84/83, de autoria do deputado Edmar Luiz Costa, que inclui no parágrafo único do art. 74, da Constituição Estadual a letra "C",

com redação que especifica. (Aposentadoria de Serventes Escolares). Com PARECER CONTRÁRIO da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por maioria. — Em votação.

**PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL 84/83**

Art. único — Inclua-se ao parágrafo único do art. 74 da Constituição Estadual a seguinte letra "C":

Art. 74

I

II

III

Parágrafo único:

a)

b)

c) a vinte e cinco anos para a servente, que nesse tempo tenha exercido efetivamente funções de limpeza e/ou preparação de merenda escolar.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoio: Nelson Vasconcellos, Erondy Silvério, Roberto Requião, Márcio Almeida, Gernote Kirinus, Tadeu França, Irondi Pugliesi, Rubens Bueno, Tércio Albuquerque, Sérgio Spada, Anibal Khury, Fiori Luiz, Trajano Bastos, Homero Oguido, Luiz Alberto Oliveira, José Antônio Fonseca, Caíto Quintana, Amélia Hruschka, Nilso Sguarezi, Augusto Carneiro, Paulo Furiatti.

JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda constitucional, pretende-se conferir às zeladoras das escolas públicas pertencentes ao Estado do Paraná a faculdade de se aposentarem aos vinte e cinco anos de serviço.

O trabalho desenvolvido pelas serventes é dos mais penosos: limpeza diária das salas de aula e demais dependências das escolas; aplicação periódica de cêra nos pisos, o que é feito manualmente sem ajuda de eletrodoméstico; limpeza periódica de pisos e paredes, também manualmente; preparo diário de merenda escolar, permanecendo horas seguidas em torno de fogões, alguns até improvisados.

O desgaste físico sofrido pelas serventes é tão acentuado que se multiplicam os casos de doenças da coluna que mantêm muitas delas afastadas do trabalho por diversas semanas.

Percorrer as escolas do interior do Paraná implica em conhecer um quadro assustador: mulheres quase inválidas arrastando-se para encerrar, lustrar e lavar pisos de salas de aula. O índice de serventes doentes aumenta e é comum numa escola onde são necessárias cinco ou seis serventes, encontrarmos apenas três trabalhando: umas estão doentes, outras gozam férias e, não raro, outra aguardam aposentadoria.

Assim, é justo que se confira à essas abnegadas trabalhadoras o direito de, após 25 anos de efetivo exercício de tão penosa função, aposentarem-se.

PARECER À PROPOSIÇÃO 84/83

SÚMULA: Emenda à Constituição concedendo aposentadoria especial a serventes de escola.

O projeto de lei em tela, trata da aposentadoria das serventes e zeladoras das escolas públicas após 25 anos de serviço efetivo.

Vistos e examinados, segue-se o nosso Parecer:

Após muitos anos de luta, foi reconhecido, pelo Congresso Nacional, a laboriosa profissão do magistério, tendo através da Emenda Constitucional n.º 18, aprovado a aposentadoria dos professores em 25 anos para a mulher e 30 anos para o homem.

Como argumento principal da Justificativa de tal emenda, encontramos o tempo em que o professor teria que dispor para a elaboração de seus planos de aula, fora o tempo em que efetivamente promovia a notícia e a informação em sala de aula.

Também como argumento, foi analisado o período de formação profissional e as respectivas cargas horárias despendidos para os cursos de aperfeiçoamento.

Por estes motivos e tão somente por eles é que foi conferido, ao magistério, o privilégio de uma aposentadoria especial.

Agora, se pensarmos em estender tais benefícios aos serviços paralelos, tais como serventes, faxineiras e preparadoras de merenda escolar, estaríamos concedendo um privilégio a esta classe, em prejuízo das demais similares, mas que não exercem as funções em estabelecimento de ensino. Também estaríamos preterindo os demais serventes da construção civil, das firmas particulares e mesmo aqueles que exercem a mesma função em outros setores do Poder Executivo.

Nosso pensamento não é contra a aposentadoria postulada no requerimento de nosso ilustre companheiro deputado Edmar Luiz Costa, entretanto acreditamos na necessidade de se melhor equacionar a questão, em um universo, para que não incorramos em preterições e paternalismos, levados unicamente pelo coração.

Pela improcedência do requerimento.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente;
JOSÉ ANTONIO FONSECA - Relator.

Está com a palavra o senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente.

Como estava relatando, a Comissão Especial emitiu parecer contrário à proposta do deputado Edmar Luiz Costa que quer estender a redução a 25 anos para as serventes do estabelecimentos estaduais. Eu, para justificar posição contrária do governo do Estado a esta matéria, acompanhando assim a posição da Comissão encarregada de emitir parecer nesta Casa, além das razões do próprio parecer, nós aduziríamos o seguinte: (Lê):

"A Constituição Federal exige que os Estados membros respeitem "as normas relativas aos funcionários públicos" (Art. 13, V, da C.F.). Determina ainda que "Lei Complementar de iniciativa exclusiva do Presidente da República, indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza do serviço, para aposentadoria." (Art. 103, da C.F.).

A matéria acerca dos Funcionários Públicos no sistema constitucional vigente, conduziu o Ministro Oswaldo Trigueiro a asseverar que "o regime jurídico de todo o funcionalismo está balizado pelo direito federal, e que somente este pode dispor sobre o tempo de serviço" (Recurso Extraordinário n.º 72.665, Revista Trimestral de Jurisprudência 61/240). Assim sendo, projeto de emenda constitucional estadual (como sucede a proposição n.º 84/83) que reduz para vinte e cinco anos o prazo para a aposentadoria dos serventes é, indubitavelmente inconstitucional. Contrasta com o

artigo 103, da Constituição Federal, segundo o qual as exceções às regras estabelecidas quanto ao tempo de serviço, para aposentadoria, serão indicadas em lei complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Verifica-se pois, em rápido exame, que as Constituições estaduais e Leis estaduais não podem levar para além dos limites fixados na Constituição Federal as garantias e benefícios concedidos aos funcionários públicos."

Por isso, senhor presidente, votamos contrariamente à matéria, pelas razões aqui expostas.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em discussão.
Em votação. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando o funcionamento de 5.^a a 8.^a séries, do 1.^o grau no período noturno, no Ginásio Coronel Manoel Antonio Gomes, do município de Reserva. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando a criação de curso de 2.^o grau Magistério em período noturno, no Ginásio Coronel Manoel Antonio Gomes, do município de Reserva. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Rogério Fabiano Neves da Cruz, funcionário desta Casa, ocorrido no dia 14 de outubro do corrente ano. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Ildefonso Zanetti, ocorrido no dia 16 de outubro do corrente ano. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Airtón Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Fundação Sanepar de Assistência Social, pela inauguração de sua sede social e esportiva. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 74.^o aniversário de fundação do "Coritiba Foot Ball Club", ocorrido no dia 12 próximo passado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Lions Clube Centro de Ponta Grossa e à Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, pela inauguração no dia 12 de outubro do corrente ano, do Hospital Escola para crianças com deficiência. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.^o 178/83, que altera dispositivos da Lei n.^o 7.051 de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado — CRE — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando

regime de urgência para o Projeto de Lei n.^o 130/83, que trata de conceder aos funcionários públicos civis e militares do Estado, uma gratificação especial a ser paga no mês de dezembro de cada ano. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.^o 131/83, que trata da gratificação especial a ser paga no mês de dezembro aos pensionistas do IPE. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando pedido de urgência para votação da Mensagem Governamental n.^o 120/83, que modifica a Lei n.^o 7.051/78. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Câmara Municipal de Ponta Grossa, pelo trabalho realizado pela sua Comissão Especial de Inquérito, que trata do abate e comercialização de produtos de origem animal. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Airtón Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo informações quanto ao orçamento das empresas estatais controladas pelo governo do Paraná para o ano de 1984. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos senhores deputados Luiz Alberto Oliveira, Tércio Albuquerque e Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de louvor à TV Iguaçu, Canal 4, pela iniciativa de fazer chegar até o município de Foz do Iguaçu, através de sua retransmissora, imagens daquela estação de televisão a ser inaugurada no próximo dia 19 de outubro. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, encarecendo o atendimento das reivindicações formuladas ao senhor governador do Estado em 30 de setembro do corrente ano, do município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Justiça, encarecendo o atendimento das reivindicações formuladas ao senhor governador do Estado em 30 de setembro do corrente ano, do município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esportes, encarecendo o atendimento das reivindicações formuladas ao senhor governador do Estado em 30 de setembro do corrente ano, do município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo o atendimento das reivindicações entregue ao senhor governador do Estado em 30 de setembro do corrente ano, do município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando

o envio de cópia do expediente recebido da Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, a senhora secretária da Educação, encarecendo a ampliação de mais 16 salas de aula naquele Estabelecimento de Ensino. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Bombeiros, pela passagem do seu 71.º aniversário, no dia 08 de outubro próximo passado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de louvor e agradecimento aos funcionários do Tribunal de Justiça do Estado, pela doação de um dia de seus salários para auxiliar flagelados pelas enchentes que assolaram nosso Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário de Planejamento, tendo em vista o convênio firmado entre o governo do federal e o governo estadual, visando a liberação de recursos para o município de Janiópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de 50 casas populares no município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à UPES — União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º graus, pela realização do XXXIV — COESES — Congresso Estadual de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, no município de Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de uma agência do IPE, no município de Janiópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, visando a instalação de um prédio para o funcionamento da Delegacia Policial no Distrito de Luiziana, no município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, a íntegra da crônica publicada no Jornal Gazeta do Povo do dia 12 de outubro do corrente ano, intitulada "A VAIA". — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, do pronunciamento do vereador Angelo Pilatti Júnior, da Câmara Municipal de Ponta Grossa, onde faz veemente apelo às autoridades competentes no sentido de medidas imediatas para uma maior segurança naquele município. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando

transcrição nos anais da Casa, do artigo "A Consciência do Social", publicado no jornal "O Estado do Paraná", "Gazeta do Povo" e no "LUD" (O Povo). — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do conglomerado BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de mais agências e postos daquele estabelecimento de crédito no município de Londrina. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do BADEP, por intermédio da Governadoria, visando a instalação de um escritório regional para atendimento e assistência às médias e pequenas empresas, no município de Londrina. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, visando estudos no sentido de que o leite tipo C, não sofra incidência do ICM em nosso Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu Lúcio Machado, subscrito por demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por sete senhores deputados, destinada a apurar num prazo de 180 dias, irregularidades no que respeita à repressão do "jogo do bicho" no Estado do Paraná. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao senhor governador do Estado, o ofício no qual os vereadores da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, solicitam o atendimento, por parte do governo estadual, de reivindicações do povo rondonense. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, encarecendo apoio das reivindicações formuladas pelo município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, do artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná", intitulado "Congressistas a Favor do Aborto". — **Aprovado.** Ao Departamento

Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando para outra amanhã, terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 141/83.
- 2.^a DISCUSSÃO - das Proposições n.ºs 62, 69 e 94/83 e do Projeto de Lei n.º 159/83.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 16, 17, 18, 19 e 20/83.

A presidência convoca ainda uma Sessão para quinta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 149/83 -
- Proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, para o triênio 1984-1986.-
Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO AUGUSTO CARNEIRO, EM SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1983.

Gazeta do Povo 4.^a página
Curitiba, quarta-feira, 12 de outubro de 1983

A VISTA DE MEU PONTO
A VAIA
José Wanderley Dias

Há vaías, como há vaías e há vaías. Há vaías e há vaías. Ruy Barbosa defendeu a vaia, dizendo-a manifestação do direito de discordar, demonstração do repúdio legítimo de uma platéia àquilo que lhe é ofertado e lhe desagrada, ou àquilo que lhe é imposto e ela não tem outro modo de descartar, de rejeitar.

Nelson Rodrigues, explodindo em gênio como tantas vezes o fez, diz que o brasileiro vaia até minuto de silêncio.

Chegou-se a ir além nesse terreno: há dias vimos, pela televisão, que se vaia até a execução de hinos nacionais antes de uma exibição esportiva.

Dom Marcos Barbosa tem uma página imortal sobre a vaia, retratando a figura abatida de um goleiro fracassado, retirando-se de campo sob o peso da assuada inclemente, até encontrar o inesperado e extraordinário consolo de receber, de uma das assistentes, a oferta de uma rosa, como que para reparar a agressão silvante que era dirigida ao atleta mal-sucedido que ia mais cedo para o chuveiro.

Garrincha era o ídolo do grande circo humano que é o Maracanã. Entra em campo a Seleção Brasileira e, em lugar do craque de pernas tortas, estava o ponta-direita paulista Julinho.

Estruge a vaia impiedosa. Julinho abaixava a cabeça, mas reergue-a altivo e parte para a luta. Faz uma partida

emocionante e marca dois gols de nossa vitória sobre os estrangeiros. A vaia transforma-se em aplauso delirante, mostrando a inconstância terrível das multidões, a incoerente atitude da platéia.

Relata-se que José do Patrocínio perdeu-se no início de um discurso. Explodiu o teatro em vaías. Um dos circunstantes, para espicaçá-lo ainda mais, gritou, sobrepondo-se à multidão hiante: "CALA A BOCA, NEGRO!" O Tigre da Abolição, ferido em seus brios, ergueu-se espiritualmente ao látego da vaia e ao azorrague do insulto, e produziu, ali mesmo, mais de suas fulgurantes peças oratórias que tanto celebrizaram a seu tempo.

Juscelino Kubitschek, ao entrar nas Arcadas de São Paulo, foi impiedosamente massacrado pela vaia dos estudantes, que assim, manifestavam seu desgosto pela presença do presidente no território livre a velha faculdade do Largo de São Francisco. O grande mineiro não contraiu um só músculo facial. Continuou sereno, impávido ante a onda sibilante que a estudantada fazia soar no auditório augusto ali feito irreverente em hora memorável. A compostura venceu a procela. Os estudantes foram-se calando ante o silêncio hierático de Juscelino até que este, emudecia a platéia antes uivante, levantou tranqüilo sua voz eloqüente:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ODENI MONGRUEL, EM SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1983.

"A CONSCIÊNCIA DO SOCIAL"

ODENI MONGRUEL

O Comitê Nobel Noruegues da Paz, ao atribuir o Prêmio Nobel ao líder operário polonês Lech Walesa, contempla o exemplo de um povo que alimenta de forma obstinada os anseios de liberdade e de paz.

A concessão desse prêmio que reconhece o trabalho de figuras como Madre Tereza de Calcutá, Perez Stival entre outros, verdadeiros paradigmas da luta em favor da dignidade humana através de ações permanentes e incansáveis, contra a fome, a miséria e a opressão, que constituem injustiças sociais, alcança, no momento, um líder indical que adotou como arma a não violência, como meio para romper a pressão soviética sobre a sua pátria.

A Polônia, país socialista sob o jugo soviético, assiste o esforço da classe operária em constituir o primeiro sindicato livre do mundo comunista, em uma verdadeira negação à ideologia dominante que não mais convence e que passou a ser substituída por um falso nacionalismo, que rejeita a própria cultura e os sentimentos mais autênticos da nação polonesa.

O Sindicato Solidariedade ganhou, em todo o mundo livre e ocidental, admiração e respeito, como movimento contemporâneo neste final de século, que procura na clandestinidade atingir os seus propósitos: mais legítimos: - o direito da livre associação, a defesa dos direitos humanos dos trabalhadores e a liberdade de expressão.

"Sem diálogo não há futuro", a expressão de Lech Walesa, soa como um grito que busca encontrar

o meio termo, não violento, que reconcilie os opostos sem degradar a ambos. O que deseja o Solidariado, é o que constitui a base do regime democrático.

Porém, em um regime totalitário, com partido político único, a fragilidade das convicções e propostas oficiais, que contrariam a cultura, a memória e o pensamento do povo polonês, que admitem e não resistem ao diálogo franco e a livre negociação.

Um governo dirigido por uma minoria burocrática, consumido pela corrupção e degradação, tanto moral como intelectual, da ideologia que o alimenta, tenta impor-se pela força quando os resultados econômicos e sociais não correspondem aos encantos de suas promessas.

Por isto, o que está em jogo na Polônia não é economia, mas cultura; não padrão de vida, mas igualdade de vida; não a forma de governo, mas a liberdade; não o regime político, mas a soberania da Nação.

A proposta do líder sindical polonês encerra um grande exemplo que produz reflexos, inclusive no mundo ocidental, destacando a importância do diálogo, "a certeza das relações, contrapondo-se à manipulação".

Na opinião de Schumacher, autor de um estudo de Economia que leva em conta as pessoas, a administração de sociedades inteiras exige a reconciliação do planejamento com a liberdade, por meio do reconhecimento livre da legitimidade e necessidade de ambas através de um convívio harmônico dos apostos.

Da mesma forma, no âmbito das empresas, é indispensável haver plena responsabilidade e autoria da direção, como também, haver uma participação democrática e livre dos trabalhadores nas decisões que lhe digam respeito.

Nas sociedades democráticas, modernas e desenvolvidas, uma nova concepção do papel da empresa no campo social vai aos poucos solidificando uma maior integração entre empresas, governo e comunidade.

Cada vez maior ênfase é dedicada à defesa dos interesses comunitários e aos equilíbrios entre os objetivos econômicos e as necessidades da sociedade.

A consciência do social, e não apenas o lucro constitui, hoje, a versão moderna do capitalismo, objetivo das empresas privadas, vinculadas cada vez mais ao interesse público.

A verdade é que as transformações desejadas, com a finalidade de corrigir desequilíbrios e injustiças sociais, dependem do aumento da riqueza nacional ou seja, do crescimento das forças produtivas, gerando progresso e possibilitando a participação e a mobilidade social que somente a democracia torna viável.

Justamente, esse é o grande ensinamento que nos oferece a presente edição do Prêmio Nobel da Paz quando contempla o líder sindical polonês Lech Walesa para quem: "sem diálogo não há futuro".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ODENI MONGRUEL, EM SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1983.

CÂMARA MUNICIPAL DIA 10/10/83

Senhor presidente, senhores vereadores.

Descrentes da polícia e da justiça, as multidões transformam, dia a dia, o linchamento, na mais recente

praga social de nosso cotidiano.. Semana passada, um linchamento no Rio, em um supermercado, dois marginais foram mortos após audacioso assalto. A televisão nos mostrou ontem pelo Fantástico, uma quase chacina a dois tarados que após estuprarem uma menor com 4 anos de idade, e após fugirem, foi palco a cidade paulista de Barrinha, de uma das mais pavorosas reações populares, quando queimaram e destruíram a tiros e pedradas a cadeia pública e todas as viaturas policiais da cidade, com grande número de feridos, inflamados pela fúria de pessoas, as quais fizeram a justiça entendida por suas mentes enfurecidas e tresloucadas, por não mais acreditarem no aparelhamento repressivo da polícia e punitivo da Justiça.

Minha fala hoje nesta Casa seria outra senhores.

É difícil para o legislador estar todo o dia batendo na mesma tecla, mas hoje em dia, infelizmente temos sentido que não há outro remédio a não ser insistir, reinvidicar, voltar a pedir e muitas vezes não ser atendido.

Ponta Grossa voltou a viver na última sexta feira, momentos de muita vulnerabilidade, quando a marginalidade que campeia por aqui se notabilizou em mais um bárbaro crime.

Defrontamo-nos mais uma vez com o problema da violência e da criminalidade ainda com perplexidade, nas suas angústias e repercussões sobre nossas famílias principalmente naqueles que ultimamente têm sido mais diretamente atingidas em suas integridades patrimoniais e sobretudo físicas, fazendo com que os mais pacatos e comedidos, comecem a inovar pela ação de pequenos grupos de homens decididos a trocar o crédito policial e judiciário, pela força, pelo fogo, pelos esquartejamentos, ou até, uma forma mais paralela aos crimes, assaltos e mortes estúpidas.

Assassinaram, impiedosamente mais um chefe de família, o querido professor AGOSTINHO JORGE BUSS, quando saía do seu local de trabalho e foi atacado inadvertidamente por dois assaltantes.

Temos profetizado já há vários meses no nosso trabalho desta Câmara Municipal, que Ponta Grossa vai explodir de revolta a qualquer instante, mas lamentavelmente ninguém está levando a sério nossas declarações, deixando que os fatos vão se sucedendo e procurando com isso ganhar tempo há fazer politicagem em cima de fatos que deveriam já ser consumados há muito tempo.

O latrocínio qualificado está sendo o problema maior de nossa sociedade, pois além de nos levarem nossos bens, também estão levando a vida de gente qualificada e importante para a nossa comunidade.

São honrados cidadãos e destacados chefes de família que se debatem com marginais, que aparecem, não sabemos de onde, para agir de maneira fria e sórdida contra nossas famílias.

Queremos nesta ocasião, mais uma vez, como atenciosos que temos sido para o problema do nosso policiamento militar ou civil, destacar novamente que estamos cansados de problemas desta natureza e muito mais aturdidos ainda quando vemos páginas e mais páginas, de promessas não cumpridas pelos nossos homens do governo.

A crítica não é especificadamente para as pessoas que prometeram, mas especialmente porque prometeram e não cumpriram; não é sem tempo que precisamos solucionar tais problemas, pois o caldeirão está fervilhando

e a qualquer momento, repetimos, teremos aqui em Ponta Grossa, os exemplos dantescos de Barrinha.

Aqueles que viram o noticiário nacional de ontem, com certeza sentiram realmente o que é uma multidão revoltada e incontroladamente atingida.

Aquilo nos provou mais uma vez, que uma coletividade revoltada e condenada a ação da segurança, acabou motivando dezenas de feridos quer do povo, quer da própria polícia.

Aceitamos, como cultos que entendemos ser, que tais providências nada resolvem, mas temos que continuar fazendo o alerta geral, pois sabem os senhores que recentemente em entrevista nos jornais de Ponta Grossa, o Secretário de Segurança Luiz Felipe Haj Mussi, prometeu descabidamente que teríamos a curto prazo, todas as providências.

De nada está adiantando recebermos elogios pelo trabalho em favor do povo, de recebermos todo o tipo de apoio, com tapinhas nas costas e até visita dos senhores secretários da Segurança e da Justiça, o acolhimento das demais autoridades municipais, quando o nosso mais grave problema social, que é o "marginal" nas ruas e em prédios de onde fogem furando paredes com suas próprias unhas, sem que as soluções sejam apresentadas.

Chega a hora que nos sentimos envergonhados de vir, nesta Casa de Lei e falar novamente neste assunto, porque recuperar uma viatura danificada e que está jogada no pátio da polícia é muito fácil, mas recuperar a vida de um chefe de família como a de Carlito Justus, Orlando Hennenberg e agora o nosso amigo AGOSTINHO BUSS, que foram açoitados e mortos impiedosamente por marginais, que quando presos, manifestam toda a revoltante indiferença ao dizerem que "não se arrependem de nada", sem dúvida alguma senhores, é impossível.

E não podemos ser mais tão carentes no espiritismo nesta altura dos acontecimentos para acreditarmos que nossos chefes de família partiram, simplesmente, para uma vida superior: temos que ser também, até materialistas nesta hora de desespero e sofrimento, onde jovens ficam órfãos, mulheres viúvas e rapazes igualmente desprovidos e sem apoio do chefe de família, porque um dia saiu às ruas da cidade para cumprir sua missão de trabalho e foram assassinados por um "restalho de gente" que perambula solto e impune, junto com nossos entes queridos.

Nos dizia alguém, que a estupidez da morte, é tão grande quanto a estupidez daqueles que nos dirigem e que algumas vezes não reconhecem a grandiosa necessidade que estamos a propalar a todo instante.

O que será preciso afinal, que aconteça em nossa cidade que sensibilize nosso governador e seus secretários, os nossos deputados e em todos os níveis de representação, reconheçam que Ponta Grossa hoje, é mais uma parada ameaçada pelo mal do crime; que aqui vivemos hoje, e todos nós sem exceção, o câncer de uma comunidade onde encontramos a todos os instantes, pessoas sendo aniquiladas, roubadas, estupradas, sem terem quaisquer recursos para levantar uma mão sequer, e tentar uma defesa?

Não é mais hora de voto de confiança, senhores, as nossas autoridades, não é mais hora de esperarmos um pouquinho mais e sermos compreensivos. Acredito que todos nesta Casa, independentes de partido, haverão de atender que precisamos de medidas

urgentes e que não podem! apenas ficar no papel.

É chegada a hora da decisão e da solução.

Precisamos de viaturas, de policiais dignos, de dependências condizentes e de homens que façam a nossa verdadeira segurança.

Precisamos que se repitam as operações pente-fino na cidade, e que tiremos de circulação pessoas que deveriam ficar eternamente trancafiadas atrás das grades, já que em termos de policiamento propriamente dito, apesar de esforços de nossos poucos policiais, estamos em condições paupérrimas.

Que esta Casa se una nesta hora, que nós todos tomemos a dor da família BUSS e tantas outras e em nome delas levantemos agora e com urgência, um pedido de apoio mais lógico e objetivo das autoridades, se quisermos continuar vivendo.

Medidas urgentes senhores, para que evitemos regredir ao tempo das cavernas, do olho por olho, dente por dente.

Por favor autoridades, senhores secretários, não nos preocupemos apenas com manistações dos males, mas sim com as suas origens: a falta de segurança. Muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1983.

CONGRESSISTAS A FAVOR DO ABORTO

Recentemente realizou-se em Brasília, o "Congresso Brasileiro de Proteção Materno - Infantil, e Planejamento Familiar".

É muito sugestivo e importante o tema. É de capital importância a proteção materno-infantil.

Ninguém nega o alcance do cuidado e da proteção à mãe, no tempo da gestação e, depois, na alimentação da criança recém-nascida. As mães devem saber normas para alimentação dos filhos. Igualmente, são necessárias as de higiene.

Importante é também o planejamento familiar. Os esposos devem criar e educar. São os primeiros responsáveis pela vida de um novo ser. Não podem deixar morrer de fome, de doença. São os principais educadores. A criança requer alimento, exige afeto, carinho. Não pode ficar abandonada. Hoje, é deprimente a cena de menores abandonados, carentes de tudo, feitos mendigos maltrapilhos, agressivos, candidatos às casas de correção e à cadeia.

A igreja frequentemente vem apelando para a paternidade e maternidade responsável e para o planejamento familiar, dentro de princípios morais e éticos. A Igreja não aprova meios anticoncepcionais que ferem a moral e a dignidade da pessoa humana.

Os esposos devem procurar conhecer os métodos naturais para o planejamento familiar. Em Curitiba, em boa hora, surgiu o Centro de Planejamento familiar, para dar orientação aos casais e noivos.

Se os conferencistas do Congresso Brasileiro de Proteção Materno-Infantil e Planejamento familiar assim tivessem agido todos seriam dignos de louvor. Soube, porém, por fontes fidedignas que grande parte dos palestristas, ocupantes de altas funções manifestaram-se abertamente em favor do aborto. Alegam eles que a mãe é dona de seu corpo, que é preciso diminuir a população, que o aborto atualmente é clandestino.

A mãe é dona do corpo do novo ser em

embrião, com vida. O embrião humano, por menor que seja, é um ser com vida. Traz em si todos os órgãos que, aos poucos, vão tomando a forma humana. Uma vez concebido o ser humano, tem direito à vida.

É falso o argumento afirmar que a pessoa humana é dona absoluta do seu próprio corpo. Ninguém pode tirar a própria vida, mutilar-se, prejudicar a própria saúde.

O problema demográfico. Não é aumento da população que empobrece um País. O que empobrece uma nação é a exploração, a má administração pública dos bens. É a falta de organização e de responsabilidade. Não sou economista e político. Os entendidos afirmam que existe muita exploração dos países ricos contra os pobres, das multinacionais, contra os interesses das nações em desenvolvimento. Os grandes, os poderosos querem ver aumentados seus lucros à custa dos países pobres e de seu povo sempre sacrificado. Basta abrir os olhos e ver. Se houvesse melhor distribuição das riquezas das nações e dentro do próprio país, não haveria tanta miséria no mundo.

O aborto clandestino. Os defensores do aborto alegam que atualmente são feitos milhares e milhões mesmo de abortos clandestinos. Não é sua legalidade que torna o aborto lícito. O aborto continuará sempre proibido, ilícito, pecaminoso. Será, sempre, um crime que a Igreja condena.

O Concílio Vaticano II, no documento conciliar "Gaudium Et Spes", chama o aborto de crime nefando, que contradiz frontalmente a Deus Criador, que fez o homem a sua imagem e semelhança.

O documento de Puebla diz: "condenamos todo o atentado contra a vida humana, desde a que está oculta no seio materno" (Puebla n.º 318). Chama-o "de crime abominável" (n.º 612), Puebla nos adverte, dizendo que existe uma orquestração a favor da implantação legal do aborto (n.º 577).

Não, é da competência do Estado impingir métodos anticoncepcionais, provocar aborto e esterilizações. Nem tão pouco, os casais podem realizar isto...

Os casais devem ter toda a dignidade para agir corretamente atendendo às normas morais.

Em lugar de se gastar dinheiro com métodos anticoncepcionais, apliquem-se recursos financeiros e humanos na educação e moralização do povo.

Saibam os católicos que não podem, de modo nenhum, ser a favor do aborto.

Sabe-se que o projeto do aborto será levado ao Congresso Nacional para a votação e aprovação.

Os católicos enviem abaixo-assinados, telegramas aos senadores e deputados federais, pedindo que não aprovem o aborto.

Esta aí feito o apelo que minha consciência estava a exigir.

PORTARIA N.º 692/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo pro-

tolado sob o n.º 9350, de 06 de outubro de 1983, deste Poder,

RESOLVE:

Constituir Grupo de Trabalho, presidido pelo senhor Diretor Geral, nos termos do inciso XX, do Art. 3.º, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, e composto pelos funcionários adiantes indicados, na forma que especifica, para prestar serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1984, e o Orçamento Plurianual de Investimentos, para os exercícios de 1984, 1985 e 1986, percebendo gratificação especial de acordo com o Art. 172, alínea VI, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970:

Coordenador Geral	AIMORÉ OD ROCHA
Secretário de Comissão	AYRTON ALVES ARANHA
Assessoria Técnica	JOSÉ RENATO DUARTE
	CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI
	HONORINO LUIZ COLLA
	ZENO PACIORNIK
	ELOI MEZZADRI
	EDOUARD ELIAS THOMÉ
	LUCIANO LACERDA FILHO
	RONALDO BAPTISTA
	ALBERTO CARAZZAI NETO
	ALFREDO MARON
	WILSON KAIEL
	MILTON LUIZ CLEVE KUSTER
	ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT
Mecanógrafo	VALTER ANTONIO MARCHIORATO
	NELSON SILVIO SALLES
	GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
	LUIZ CARLOS MOLINARI
	WILIANS ROLANDO ROMANZINI
	JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS
	LUIZ ANTONIO CARON
	ELEOVAN CEZAR RIBEIRO
	MANOEL AGUIAR FILHO
	LUIZ CARLOS MONTEIRO
	SOLON FONTOURA RODRIGUES
Atendente	SÉRGIO ZACARIAS
	ELENI SILVEIRA
	CELSON APPARECIDO DE CASTRO
	IHOR BARANHUK
	HELIO SILVA URSULINO
	LUIZ CARLOS PRESTES
	ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS
	PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
	MANOEL CESAR PELOSI
	MARINA CUNHA MARTINS
	MARIA MORAES NACLI
	CELI EUCLEA GALLIANO
	SÉRGIO VALÉRIO ANTUNUNCIO
	GILBERTO DAROS
	ALBINO DE BRITTO FREIRE
	ERNESTO PERACETTA
	ISMAR DELAGASSA PASSOS

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de outubro de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral